



Boletim de Transparência Fiscal

Rio de Janeiro, janeiro de 2009



SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Joaquim Vieira Ferreira Levy

SUBSECRETÁRIO GERAL

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Marcelo Barbosa Saintive

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

SUBSECRETÁRIO DE FAZENDA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Fabricio R. Valle Dantas Leite

SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Josélia Castro de Albuquerque

SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Marco Aurélio Alves de Mendonça

SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA

Valéria Barbosa

EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Ana Paula Quedinho

Carolina Barbosa Corrêa

Cláudia Santoro

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Fabricio Marques Santos

Gabriel Silva de Goes Rodrigues

Gustavo Tavares Lameiro da Costa

Maria Helena Pitombeira

Pablo Reyes

Raphael Moura

Rebeca Virginia Escobar Villagra

Regina Helena Cavalcanti Milione

Renata dos Santos

Renata G. Rimes de Almeida

Ubyrajara de Souza Filho



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação bimestral da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal por que vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha naquela da avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referida nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2001).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2203-7929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Rua da Alfândega, n º 42 - 2º andar

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.070.000



Sumário

Apresentação	6
I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro	9
II. Resultado Fiscal	10
II.1 Resultado Orçamentário	10
II.2 Resultado Primário	13
III. Receita Estadual	13
III.1 Receitas Correntes	13
III.1.1 Receita Tributária	14
III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties	17
III.1.3 Receita de Transferências	20
III.1.4 Demais Receitas Correntes	22
III.2 Receitas de Capital	25
IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro	26
IV.1 Despesa por Fonte de Recurso	27
IV. 2 Despesa por grupo	27
IV. 3 Despesa por área de governo	29
IV. 3.1 Saúde	29
IV. 3.3 FECAM	39
IV. 3.4 Programa de Aceleração do Crescimento – PAC	40
IV.4 Cota Financeira	42
V ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	43
V.1 Pagamento de PD's	43
V.1.2 – Administração do Saldo de Caixa do Tesouro	47



V.1.3 – Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos	47
V.2 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados.....	50
V.3 Requisições Judiciais de Pagamento	53
V.4 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu serviço	57

Anexos

Anexo 1 – Despesas por Grupo

Anexo 2 – Despesas por Fonte de Recurso

Anexo 3 – Despesas por Órgão

Anexo 4 – Despesas de Pessoal por Órgão

Anexo 5 – Despesas de Custeio por Órgão

Anexo 6 – Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras por Órgão

Anexo 7 – Despesa Liquidada – Índice Saúde

Anexo 8 – Despesa Liquidada – Índice Educação

Anexo 9 – Despesa Liquidada – Índice FECAM

Anexo 10 – Índices Finais de Conservação Ambiental



Apresentação

Este é o sexto número de um boletim bimestral preparado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro com vistas a aperfeiçoar os mecanismos de controle e a transparência na execução do orçamento estadual. Completa-se, assim, um ano de publicação, o que permite disseminar-se um conhecimento detalhado da execução do orçamento de 2008.

A presente edição é, portanto, especial, uma vez que permite a comparação dos anos de 2007 e 2008, o primeiro biênio da gestão atual.

É importante ressaltar que os mecanismos de controle citados possuem pelo menos duas dimensões, a saber: a primeira liga-se à solvência e previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão de receita.

Por isso, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo (suspensão de transferências voluntárias, por exemplo). O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, o cumprimento das obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança.

A segunda dimensão diz respeito à aplicação dos recursos, cumprindo a Lei (e.g., vinculações) e procurando alcançar,

Despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários.



entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade, e efetividade. Para essa avaliação é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos. O boletim procura proporcionar esses detalhes em um tempo curto, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade. Este canal se conjuga com inovações como a publicação de todas as programações de pagamento na internet, o que também facilita o acompanhamento aberto pela sociedade da aplicação dos recursos públicos.

O Estado reafirma assim seu compromisso com a responsabilidade fiscal e a transparência, fazendo chegar mais informações ao cidadão contribuinte.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 29/01/2009.

A despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de empenho liquidado, e a receita ao de realizada, ambas depuradas das rubricas intra-orçamentárias.

A análise da administração da Dívida Pública tomou por base o valor do empenho efetivamente pago. Assinale-se que por uma peculiaridade do Estado do Rio de Janeiro, o orçamento da empresa de águas e saneamento – CEDAE encontra-se inserido no orçamento do Estado, não obstante o caráter crescentemente independente desta empresa. Para atenuar a distorção que esse legado histórico ainda impõe às contas públicas, o boletim procura identificar e segregar o efeito das receitas e despesas da CEDAE sobre as contas do resto do governo.

Por outro lado, o orçamento da Imprensa Oficial, empresa considerada independente de acordo com os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi retirada desta edição do boletim para que os dados aqui apresentados fiquem

O Boletim procura dar detalhes da despesa em cada área, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade

Por uma peculiaridade do Estado do Rio de Janeiro, o orçamento da empresa de águas e saneamento – CEDAE – encontra-se inserido no orçamento do Estado, não obstante o caráter crescentemente independente desta empresa.



correlacionados aos demonstrativos regulares da LRF publicados pela Contadoria Geral do Estado

O Boletim é dividido em 5 seções além desta apresentação. As duas primeiras fazem uma breve análise dos agregados fiscais e das metas correspondentes. A terceira seção analisa a evolução das diversas rubricas de receita, enquanto a quarta seção analisa a despesa, tanto no seu agregado de execução orçamentária, quanto no detalhe da aplicação em alguns órgãos-chave. Nesta seção são detalhados os gastos por grupo (pessoal, custeio, investimento), assim como pelas principais ações nas áreas chaves (Saúde, Educação, FECAM, PAC). A quinta seção apresenta elementos da política financeira do Estado, notadamente as operações do Tesouro Estadual para o pagamento das despesas atuais e restos a pagar deixados por administrações anteriores, assim como precatórios judiciais decorrentes de ações de administrações anteriores corrigidas pela Justiça.

Ao se fechar 2008, verifica-se que não só houve um importante aumento nas ações de Saúde e fiel cumprimento dos índices constitucionais em outras áreas, mas que o Estado liquidou mais de 96% da despesa autorizada para o Programa de Aceleração do Crescimento—PAC, garantindo pleno financiamento da contraparte dos convênios com a União. O Estado também levou a bom termo suas metas com respeito ao pagamento de precatório e a resolução de diversas heranças negativas, que penalizam o desenvolvimento fluminense. Finalmente, a administração prudente dos excedentes de royalties pelo Rioprevidência deu um amparo extremamente valioso para a segura execução das despesas em 2009.

Em 2008, o Estado excedeu amplamente o índice constitucional para a Saúde, também cumprindo com pequena margem adicional o da Educação e Ambiente; além disso, pagou 96% dos compromissos do PAC e, através da judiciousa administração dos Royalties no Rioprevidência, protegeu o Rio de Janeiro dos efeitos da crise da economia global

I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro¹

A receita total no período novembro/dezembro foi 3,3% maior em relação à meta do bimestre. No período de janeiro a dezembro, a receita total superou o projetado em 9,1%.

A receita tributária dos 12 meses de 2008 excedeu sua meta em 7,6%, sendo o excesso de 9,4% no período novembro/dezembro, com crescimento da arrecadação do ICMS de 13,2% em relação ao mesmo período de 2007, e de 14,2% no acumulado do ano. A receita patrimonial, cujo item principal é a receita de petróleo e gás, excedeu as metas bimestral e anual em 14,4% e 34,5% respectivamente.

As receitas de serviços, incluídas aí aquelas provenientes da cobrança de tarifas pela empresa de água e saneamento – CEDAE – também apresentaram bom desempenho, ficando 13% acima da meta do ano de 2008, e 11,8% para o 6º bimestre. As transferências correntes também apresentaram crescimento: 34,5% acima da meta bimestral, e 13% da meta do período anual.

As receitas de capital permanecem abaixo da meta bimestral (-18,2%) e anual (-23,0%), fundamentalmente por causa da não realização da venda das ações da CEDAE (-R\$ 750 milhões no item “Alienação de Bens”) e do re-escalamento de alguns repasses do PAC, decorrente de atrasos no cronograma de obras por diversos fatores, que resultou na transferência de capital de apenas 25,4% dos valores inicialmente previstos. As operações de crédito autorizadas dentro do R\$ 1, 5 bilhão de Espaço de Endividamento também se deram em valores menores que o previsto, alcançando R\$ 175 milhões, ou 37,5% do valor inicial.

Tabela 1

METADE ARRECAÇÃO DARECEITA (JAN - DEZ 2008) (art 8º da LRF)

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	METADE RECEITA (NOV-DEZ) 2008	RECEITA REALIZADA (NOV - DEZ) 2008	% REALIZADO BIMESTRE	METADE RECEITA (JAN-DEZ) 2008	RECEITA REALIZADA (JAN - DEZ) 2008	% REALIZADO ANUAL
REC. CORRENTES	6.936.563,08	8.026.944,03	115,7%	35.827.671,22	41.113.058,18	114,8%
TRIBUT.	3.669.429,66	4.014.452,07	108,4%	21.308.160,86	22.920.748,46	107,6%
CONTRIB.	204.847,00	212.135,72	103,6%	882.217,00	858.376,56	97,3%
PATRIM.	1.831.553,10	2.100.462,03	114,7%	6.408.492,46	8.628.992,46	134,6%
AGROPEC.	5,80	11,64	200,7%	54,53	42,65	78,2%
INDUST.	11.505,92	5.499,67	47,8%	70.471,55	63.101,71	89,5%
SERV.	448.114,61	500.886,88	111,8%	2.713.224,97	3.066.541,27	113,0%
TRANSF. CORR.	612.238,83	823.157,28	134,5%	3.705.281,96	4.187.090,13	113,0%
OUTRAS	157.868,17	370.338,75	234,6%	739.767,90	1.388.169,94	187,6%
REC. CAPITAL	1.005.767,28	183.144,56	18,2%	2.277.876,19	523.637,99	23,0%
OPER. CRÉDITO	85.323,97	47.468,11	55,6%	468.156,00	175.609,94	37,5%
ALIEN. BENS	750.005,58	88	0,0%	750.033,46	1.547,32	0,2%
AVDRT. EMPRÉST.	9.970,31	6.105,58	61,2%	80.560,65	93.607,64	116,2%
TRANSF. CAP.	160.426,38	129.017,68	80,4%	978.879,78	248.443,28	25,4%
OUTRAS	41,05	554,30	1350,3%	246,30	4.429,82	1798,5%
Total	7.941.330,36	8.210.088,59	103,4%	38.105.547,41	41.636.696,18	109,3%

As receitas estaduais excederam as metas de receita do ano de 2008 em 3,3% no 6º bimestre, e 9,1% no acumulado do ano de 2008. Destaca-se o crescimento das Receitas Tributárias que cresceram 14,2% no ano e da receita patrimonial associadas ao petróleo, que aumentaram 34,5%

¹ Os valores de receita e despesa incluem o orçamento da Imprensa Oficial. Em anexo, encontra-se um quadro de receita e despesa deste órgão.

A receita de contribuições foi 3,6% maior que a meta bimestral. No entanto, manteve-se um pouco abaixo da meta anual (97,3%), já que a folha de pessoal, que lhe serve de base de cálculo, vem evoluindo um pouco abaixo do previsto devido a dilatações do prazo de concursos bem como o não preenchimento de todas as vagas previstas (Tabela 2).

A execução da despesa (paga) no período jan-dez/2008 ultrapassou em 0,8% a meta fixada para o exercício, nos termos do artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal. O dispêndio de 100,8% é decorrente do bom desempenho da receita ao longo do ano, o que exigiu a adequação da previsão das despesas regidas por limites mínimos constitucionais, daí a explicação para a superação da meta de despesa.

O aumento de despesas inferior ao crescimento da receita permitiu um resultado orçamentário no ano de R\$ 2,3 bilhões, o que permitirá que o Estado enfrente os pagamentos de 2009 com mais folga, e acelere o pagamento dos restos a pagar inscritos em 2008.

II. Resultado Fiscal²

Os resultados fiscais³ ao longo dos 12 meses confirmam a tendência observada desde o começo do ano, mantendo-se acima dos resultados obtidos no período equivalente de 2007, tanto no que se refere ao resultado orçamentário quanto ao primário.

II.1 Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário do Governo Estadual no acumulado de 2008 foi superavitário em R\$ 2,28 bilhões, o que representa um crescimento de 192,2% com relação ao superávit de R\$ 781,26 milhões no mesmo período de

Tabela 2

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF) ESTADO DO RIO DE JANEIRO / JAN-DEZ 2008					
Em milhões R\$					
GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXECUÇÃO JAN-DEZ	DESPESA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA JAN-DEZ 2008*	RP 2007 PAGO	DESPESA TOTAL REALIZADA JAN-DEZ 2008	% REALIZADO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.189	8.658	614	9.273	91,0%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.713	23.310	881	24.191	111,4%
INVESTIMENTOS/INVERSÕES	2.818	1.356	186	1.542	54,7%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÃO	3.386	3.394		3.394	100,2%
TOTAL	38.106	36.718	1.681	38.400	100,8%

*Considerada a despesa paga e excluídas as despesas intra-orçamentárias.

O resultado orçamentário nos doze meses de 2008 foi superavitário em R\$ 2.283,08 milhões, o que representa um crescimento de 192,2% com relação ao mesmo período de 2007, o que permitirá que se honrem rapidamente todos os restos a pagar do exercício de 2008.

² O resultado fiscal exclui a receita e a despesa intra-orçamentária.

³ Nesta seção, a despesa é analisada pela ótica da liquidação, ao contrário da análise apresentada na primeira seção, em que em conformidade com a LRF utiliza-se o conceito de despesa efetivamente paga.

2007. A persistência e ampliação de bons resultados, mesmo contando fatores sazonais, ficam evidentes pelo aumento acumulado de 18,7% da receita total (+R\$ 6.543,65 milhões), superior aos 14,7% (+R\$ 5.041,84 milhões) de incremento da despesa total.

O resultado do 6º bimestre apresenta um descompasso sazonal das despesas em face à receita em R\$ 516,63 milhões (Tabela 3), resultado do pagamento do 13º salário e outros fatores previsíveis, sem prejuízo de um balanço favorável em comparação ao alcançado nos doze meses de 2007.

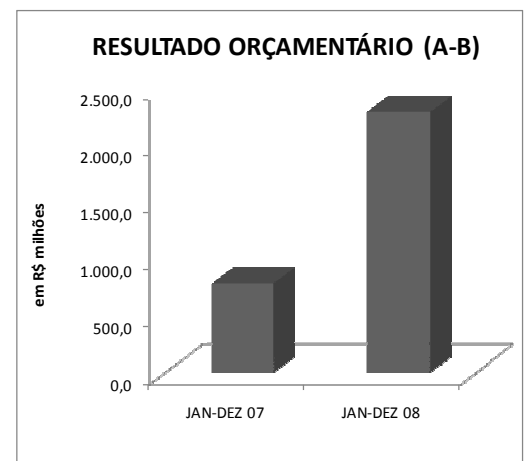
Em relação a 2007, o item “Pessoal e Encargos Sociais”⁴ apresentou incremento nominal de 10% no acumulado do ano. No 6º bimestre, a variação nominal foi de 11,5% (Tabela 3). Tal crescimento se explica primeiro pelo cumprimento dos aumentos de salários “em escadinha”, legislados em 2006, com alcance tanto no Executivo quanto nos outros Poderes até o mês de agosto de 2008. Além disso, carreiras que até 2007 não haviam recebido aumentos por quase dez anos, como a polícia militar e o magistério, receberam um aumento de 8% em setembro de 2008, os quais foram somados aos 4% recebidos em setembro de 2007.

As demais despesas correntes aumentaram 19,9% nos doze meses do ano, e 17,7% no 6º bimestre (tabela 3.1). Esse crescimento se deve principalmente ao aumento das despesas da unidade orçamentária sob a supervisão da SEF “Encargos Gerais”, que contém as transferências aos Municípios, as quais cresceram R\$ 746,37 milhões (+15,6%) no ano, e as contribuições do Estado ao FUNDEB⁵, que tiveram aumento de 28,7% no acumulado

Tabela 3
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-OUT 2007/ JAN-DEZ 2008

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2007	2008		2007	2008	
I. RECEITA TOTAL (A)	6.967,27	8.204,09	17,8%	35.027,31	41.570,96	18,7%
I.1 RECEITA CORRENTE	6.886,20	8.020,94	16,5%	34.668,87	41.047,33	18,4%
I.1.1 Tributária	3.581,03	4.014,45	12,1%	20.183,60	22.920,74	13,6%
I.1.2 Patrimonial	1.783,93	2.095,97	17,5%	6.303,98	8.621,37	36,8%
I.1.3 Transferências	600,10	823,16	37,2%	3.158,79	4.187,09	32,6%
I.1.4 Demais Correntes	921,19	1.083,52	17,6%	5.022,55	5.314,35	5,8%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	81,07	183,14	125,9%	358,44	523,64	46,1%
II. DESPESA TOTAL (B)	7.361,00	8.720,72	18,5%	34.246,06	39.287,88	14,7%
II.1 DESPESA CORRENTE	6.499,62	7.446,86	14,6%	31.914,77	36.516,87	14,4%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	2.616,99	2.918,18	11,5%	14.253,93	15.674,41	10,0%
II.1.2 Demais Correntes	3.485,71	4.104,17	17,7%	15.287,62	18.328,28	19,9%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	396,91	424,51	7,0%	2.373,21	2.514,18	5,9%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	861,39	1.273,85	47,9%	2.331,28	2.771,01	18,9%
II.2.1 Invest.	664,42	1.093,48	64,6%	1.424,06	1.754,48	23,2%
II.2.2 Inv. Financ.	56,20	17,93	-68,1%	66,65	129,36	94,1%
II.2.3 Amort. Dívida	140,77	162,44	15,4%	840,57	887,17	5,5%
RES. ORÇAM. (A-B)	-393,73	-516,63	-31,2%	781,26	2.283,08	192,2%

Gráfico 1


⁴ Nesta seção, “Pessoal e Encargos Sociais” inclui gastos com Inativos e Pensionistas.

⁵ Os percentuais de vinculação das receitas que formam o FUNDEB cresceram de 2007 para 2008. As receitas que tinham uma vinculação de 6,66% em 2007 passaram a 13,33% em 2008. As receitas que tinham 16,66% de vinculação em 2007 passaram a ter 18,33% de vinculação em 2008. A partir de 2009, todas as receitas que compõem o FUNDEB passam a ter a mesma alíquota de 20% de vinculação. Maiores informações disponíveis em <<http://www.fnnde.gov.br>>.



do ano (R\$ 619,36 milhões), comparado com o mesmo período de 2007. No bimestre, as transferências para municípios e as contribuições ao FUNDEB cresceram 14,5% e 9,0% respectivamente em comparação com 2007. O aumento destas despesas está diretamente relacionado ao aumento da receita, por se tratarem de vinculações constitucionais. Outras áreas que contribuíram para o crescimento das “demais despesas correntes” foram saúde, segurança e educação, dos quais se podem destacar os principais itens (as “demais” despesas são constituídas de milhares de itens), alguns dos quais discutidos mais extensamente nas seções seguintes.

A variação do item “Demais Despesas Correntes” decorre em grande parte às maiores vinculações constitucionais.

Tabela 3.1

ABERTURA DAS DESPESAS CORRENTES DE VALORES SIGNIFICATIVOS (ITEM II.1.2 DA TABELA 3)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		VAR %
	2007	2008		2007	2008	
	DEMAIS DESPESAS CORRENTES	3.485,71		4.104,17	17,7%	
Encargos Gerais do Estado	1.413,98	1.614,43	14,2%	9.367,01	10.867,90	16,0%
Distrib Constitucional ou Legal de Receitas	798,32	914,42	14,5%	4.788,90	5.535,27	15,6%
FUNDEB	446,95	487,38	9,0%	2.156,67	2.776,03	28,7%
Indenizações	,00	,00	0,0%	1.756,17	1.704,19	-3,0%
Demais Encargos	168,71	212,63	26,0%	665,27	852,41	28,1%
Principais Itens de Despesa da Secretaria de Estado de Educação e Ciência e Tecnologia	255,70	256,36	0,3%	717,68	818,90	14,1%
Descentr P/Manutenção da Sede Unidades Escol	59,15	80,21	35,6%	163,55	178,71	9,3%
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	74,14	39,33	-46,9%	142,22	170,27	19,7%
Descentr Recur P/Apoio à Nutri Alunos Red Ens	1,96	11,40	481,2%	90,15	93,11	3,3%
Auxílio Financeiro a Estudantes	13,56	18,35	35,4%	62,85	86,45	37,6%
Serviços de Asseio e Higiene	24,13	22,99	-4,7%	83,32	85,84	3,0%
Serviços de Vigilância e Policiamento	17,71	14,80	-16,4%	60,79	57,64	-5,2%
Serviços Apoio Adm instr, Técnico e Operacion	6,84	14,80	116,4%	19,61	50,63	158,2%
Preparo e Distribuição de Alimentação	13,86	14,44	4,2%	46,12	50,16	8,8%
Taxas de Água e Esgoto	44,34	40,03	-9,7%	49,07	46,08	-6,1%
Secretaria de Estado de Segurança e Penitenciária	67,39	87,86	30,4%	292,01	342,45	17,3%
Alimentação Preparada Por Terceiros	20,05	22,47	12,1%	93,07	98,64	6,0%
Etapas para Alimentação	7,95	7,99	0,6%	48,50	48,48	0,0%
Combust e Lubrif Destinados a Outros Veículos	8,54	9,24	8,2%	40,71	39,37	-3,3%
Serviços de Manutenção de Veículos	,08	11,88	14385,4%	,10	27,89	29148,0%
Serviços Apoio Adm instr, Técnico e Operacion	6,91	6,69	-3,2%	12,99	26,66	105,2%
Auxílio Alimentação	4,15	4,30	3,7%	24,50	24,26	-1,0%
Fornecimento de Energia Elétrica	5,70	6,06	6,2%	20,50	22,05	7,6%
Vale Refeição / Cesta Básica	3,73	3,43	-8,0%	23,48	19,09	-18,7%
Produtos Alimentícios e Bebidas	5,90	11,51	95,2%	10,88	18,04	65,8%
Serviços de Telefonia Fixa	4,38	4,28	-2,2%	17,29	17,99	4,0%
Principais Itens de Despesa da Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil	318,13	410,77	29,1%	960,71	1.179,69	22,8%
Prestação Serviços Saúde vinculados ao SUS	,00	92,09	0,0%	80,14	359,61	348,7%
Serviços de Assistência a Saúde	146,53	89,63	-38,8%	437,47	292,97	-33,0%
Medicamento Excepcional	65,80	58,06	-11,8%	162,65	182,01	11,9%
Preparo e Distribuição de Alimentação	22,71	48,71	114,5%	122,03	110,56	-9,4%
Mat Cirúrg, de Laboratório e de Enfermagem	33,03	50,64	53,3%	65,57	99,12	51,2%
Medicamentos Em Geral	20,96	45,75	118,3%	42,38	67,98	60,4%
Material Químico	29,10	25,90	-11,0%	50,48	67,44	33,6%
DEMAIS DESPESAS DE TODOS OS ORGÃOS	1.430,51	1.734,74	21,3%	3.950,21	5.119,35	29,6%

II.2 Resultado Primário⁶

O resultado primário, nos doze meses de 2008 ultrapassou em 41% a cifra equivalente para o mesmo período do ano anterior (Tabela 4), alcançando R\$4.924,55 milhões. Este resultado se explica pela elevação em 18,2% das receitas não-financeiras, acima, portanto, do crescimento de 15,7% das despesas não-financeiras. No 6º bimestre, o resultado primário foi negativo (-R\$131 milhões), devido à natural concentração de despesas ao final do ano, principalmente decorrentes ao pagamento do 13º salário.

O incremento do resultado primário no ano de 2008 permitiu que o governo se antecipasse ao combate à crise financeira, preservando recursos no Rioprevidência para garantir o pagamento dos benefícios ao servidor público aposentado e seus pensionistas nos períodos seguintes.

III. Receita Estadual

No sexto bimestre, a receita estadual alcançou R\$ 8.200,24 milhões, com crescimento de 17,7% (R\$ 1.232,92 milhão) em relação ao mesmo período de 2007.

No ano, a receita atingiu R\$ 41.567,19 milhões, crescendo 18,7% (R\$ 6.539,82 milhões) frente ao ano anterior. Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação de tributos e pela receita patrimonial associada à produção de petróleo e gás.

III.1 Receitas Correntes

As receitas correntes alcançaram R\$ 41.043,55 milhões até o sexto bimestre de 2008 (+18,4% em relação ao mesmo período de 2007). As receitas tributárias no sexto bimestre foram 12,1% maiores do que no respectivo período de 2007, crescimento este de 13,6% no acumulado do ano. O crescimento em relação a 2007 das receitas patrimoniais

⁶ O resultado primário aqui, diferentemente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.

Tabela 4

RESULTADO PRIMÁRIO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-DEZ 2007/ JAN-DEZ 2008

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2007	2008		2007	2008	
	RECEITA (A)	6.967,27		8.204,09	17,8%	
RECEITAS FINANCEIRAS (B)	148,56	205,78	38,5%	555,52	818,22	47,3%
RECEITA NÃO-FINANCEIRA (C)	6.818,71	7.998,31	17,3%	34.471,79	40.752,75	18,2%
DESPESA* (D)	7.361,00	8.720,72	18,5%	34.246,05	39.287,88	14,7%
DESPESAS FINANCEIRAS (E)	584,98	591,41	1,1%	3.266,20	3.459,68	5,9%
DESPESA NÃO-FINANCEIRA (F)	6.776,03	8.129,30	20,0%	30.979,85	35.828,20	15,7%
RESULTADO PRIMÁRIO (C-F)	42,68	-131,00	-406,9%	3.491,95	4.924,55	41,0%

Gráfico 2

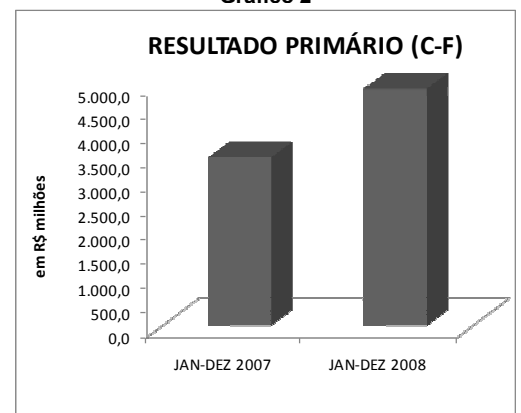


Tabela 5

DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-DEZ 2007/ JAN-DEZ 2008

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2007	2008		2007	2008	
	TRIBUTÁRIA	3.581,03		4.014,45	12,1%	
CONTRIBUIÇÕES	246,81	212,14	-14,0%	875,50	858,38	-2,0%
PATRIMONIAL	1.783,93	2.095,97	17,5%	6.303,98	8.621,37	36,8%
AGROPECUÁRIA	,02	,01	-34,9%	,04	,04	2,5%
INDUSTRIAL	,23	,26	12,0%	1,89	1,33	-30,0%
DE SERVIÇOS	432,40	500,78	15,8%	2.532,22	3.066,44	21,1%
TRANSF. CORR.	600,10	823,16	37,2%	3.158,79	4.187,09	32,6%
OUTRAS CORR.	241,74	370,34	53,2%	1.612,89	1.388,17	-13,9%
REC. CORR	6.886,26	8.017,10	16,4%	34.668,92	41.043,55	18,4%
REC. CAPITAL	81,07	183,14	125,9%	358,44	523,64	46,1%
Total	6.967,32	8.200,24	17,7%	35.027,36	41.567,19	18,7%

do bimestre e no acumulado do ano foi de 17,5% e 36,8% respectivamente. O perfil de crescimento das receitas patrimoniais reflete principalmente o aumento do preço internacional do petróleo até a sua rápida queda no final do ano.

As transferências correntes cresceram, em 2008, 37,2% em relação a 2007 no sexto bimestre e 32,6% no acumulado do ano; por seu lado, o crescimento correspondente das receitas de serviços foi de 15,8% e 21,1% (nestas receitas se incluem convencionalmente as receitas advindas da cobrança de tarifas comerciais e residenciais pelos serviços de abastecimento de água e saneamento proporcionados pela da companhia estadual de águas e saneamento – CEDAE).

III.1.1 Receita Tributária

A arrecadação da receita tributária no sexto bimestre foi R\$ 4.014,45 milhões, 12,1% a mais em relação ao mesmo período de 2007. O valor acumulado no ano alcançou R\$ 22.920,74 milhões, representando um incremento de 13,6% em relação ao ano anterior (Tabela 6A).

Aproximadamente 75% da receita tributária deve-se ao ICMS. No 6º bimestre, a arrecadação do ICMS alcançou R\$ 3.172,20 milhões (+13,2% em relação mesmo período de 2007). De janeiro até dezembro de 2008, houve aumento de R\$ 2.199,09 milhões (+14,2%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os setores de maior peso na arrecadação do ICMS (Tabela 6.1) são Serviços de Comunicação (17,9%), Energia Elétrica (14,4%) e Petrolífera/Petroquímica (13,6%).

A evolução da arrecadação do ICMS divide-se entre setores que evoluíram em linha com a economia, em particular com o crescimento industrial verificado em 2008; setores associados a serviços e cujo preço é controlado ou estável e a demanda inelástica, como eletricidade; e setores cuja arrecadação está amarrada a esquemas de

Tabela 6A

RECEITA TRIBUTÁRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-DEZ 2007 / JAN-DEZ 2008

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2007	2008		2007	2008	
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.581,03	4.014,45	12,1%	20.183,60	22.920,74	13,6%
ICMS	2.801,25	3.172,20	13,2%	15.490,67	17.689,76	14,2%
Adicional do ICMS	307,04	339,60	10,6%	1.723,00	1.909,51	10,8%
Demais Tributos (Tabela 6B)	472,74	502,66	6,3%	2.969,92	3.321,47	11,8%

A receita tributária cresceu, em comparação a 2007, 12,1% no sexto bimestre e 13,6% no acumulado do ano

Tabela 6.1

ARRECADAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ACUMULADO 2007/2008

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		part %	var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		part %	var %
	2007	2008			2007	2008		
BEBIDAS	147,65	156,74	4,9%	6,2%	824,83	901,52	5,1%	9,3%
EDITORIAL E GRÁFICA	71,37	71,82	2,3%	0,6%	389,64	419,04	2,4%	7,5%
ELETRO-ELETRÔNICO	36,59	27,44	0,9%	-25,0%	218,98	221,61	1,3%	1,2%
ENERGIA ELÉTRICA	448,47	456,57	14,4%	1,8%	2.560,55	2.548,96	14,4%	-0,5%
METALURGIA / SIDERURGIA	106,49	159,80	5,0%	50,1%	642,67	986,42	5,6%	53,5%
PERFUMARIA / COSMÉTICOS	79,03	79,34	2,5%	0,4%	383,49	424,17	2,4%	10,6%
PETROLÍFERA / PETROQUÍMICA	481,06	426,01	13,4%	-11,4%	2.070,00	2.412,12	13,6%	16,5%
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	67,15	81,22	2,6%	20,9%	412,76	445,65	2,5%	8,0%
PRODUTOS FARMACÊUTICOS	99,06	107,08	3,4%	8,1%	580,27	609,20	3,4%	5,0%
QUÍMICA	95,88	139,31	4,4%	45,3%	508,02	651,99	3,7%	28,3%
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	499,77	540,65	17,0%	8,2%	2.889,09	3.161,44	17,9%	9,4%
SERVIÇOS DE TRANSPORTE	31,15	37,70	1,2%	21,0%	193,56	207,17	1,2%	7,0%
SUPERMERCADOS (ATACVAREJO)	115,28	137,90	4,3%	19,6%	762,38	849,80	4,8%	11,5%
TÊXTIL / VESTUÁRIO	52,25	65,36	2,1%	25,1%	373,59	411,73	2,3%	10,2%
TRANSPORTE VIÁRIO	94,95	82,30	2,6%	-13,3%	577,46	588,37	3,3%	1,9%
OUTROS	375,11	602,96	19,0%	60,7%	2.098,32	2.853,03	16,1%	36,0%
TOTAL	2.801,26	3.172,20	100,0%	13,2%	15.485,61	17.692,41	100,0%	14,3%



incentivos que modulam seu crescimento, como ampla parte dos cosméticos.

No primeiro grupo encontra-se, a Metalurgia/ Siderurgia, cujo crescimento da arrecadação no ano foi +53,5%. Com ele se identificam ainda a química e o setor viário—afora que este reflete também algumas grandes plataformas de petróleo que mascaram o crescimento, por exemplo, da produção e aquisição de automóveis. No setor de serviços, as telecomunicações cresceram 9,4%, enquanto a energia elétrica apresentou queda de 0,5% por conta do menor consumo dos consumidores cativos e extinção do adicional da crise de 2001, no caso da principal concessionária do Estado. Na energia elétrica, grandes perdas físicas (e.g., “gato”) e comerciais (inadimplência) continuam pressionando as tarifas comerciais, com efeito negativo na arrecadação (opção por consumo livre) e na competitividade do Estado.

O desempenho do setor de supermercado reflete o crescimento da arrecadação das redes propriamente ditas; assim como o desempenho moderado das principais lojas de eletrodoméstico e de departamento—em parte pelo uso crescente de arbitragem através de operações de distribuição interestadual e vendas diretas; e forte queda de arrecadação de algumas cadeias de venda de eletrodomésticos, mais ou menos tradicionais.

O setor Petrolífero/Petroquímica teve queda de R\$ 55,05 milhões no bimestre, apesar do crescimento de R\$ 342,12 milhões (+16,5%) no acumulado do ano, o qual se deve em parte à aplicação do Convênio Confaz 130/2007 na tributação das plataformas P-51 e P-53. A queda no final do ano está relacionada ao uso mais intenso de créditos tributários. O desempenho do setor também reflete melhora na arrecadação na área do gás natural, inclusive naquele usado para transporte viário, e no comércio de combustíveis no atacado—ainda que persistam sérios problemas com algumas distribuidoras menores, inclusive

As perdas físicas na Energia Elétrica (gato) continuam a onerar o Tesouro e prejudicar a competitividade do Estado.

A aplicação do Convênio Confaz 130/2007 ajudou a aumentar a receita do ICMS por conta da interinação da P-51 e P-53; a adequação da margem na tributação do gás para uso viário também fortaleceu a receita estadual

no que tange ao álcool carburante e à importação de gasolina de outros estados.

O Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF apresentou um crescimento 2,9% no bimestre em relação a 2007 e 9,6% no acumulado do ano (Tabela 6.2). O reduzido crescimento no bimestre decorre de mudança nas alíquotas de recolhimento de IR de Pessoa Física, implantado ao final de 2008.

O IPVA apresentou um crescimento 16,7% no sexto bimestre em relação a 2007, acima do crescimento acumulado de 12,6% (R\$ 138,30 milhões) nos doze meses de 2008, mas em linha com o crescimento de 25% observado na segunda metade de 2008. Esse impulso a partir de meados de 2008 se explica pela estratégia de cobrança desenvolvida pela Sefaz em 2008 a que se juntou a ação repressiva do Detran/RJ a partir do começo de 2009.

O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações--ITD apresentou crescimento de 5,8% no 6º bimestre e de 18,7% no acumulado do ano (Tabela 6.2). Manteve-se, assim o ganho obtido pelas modificações na legislação federal das sucessões e o convênio com o município do Rio de Janeiro. A extensão desse tipo de convênio para outras cidades permitirá retomar o crescimento da arrecadação.

No último bimestre de 2008, o crescimento das receitas de Taxas (Tabela 6.3) em relação ao período equivalente de 2007 foi 12,5% (R\$ 9,73 milhões) e 12,4% (R\$ 62,53 milhões) no ano. Este crescimento está relacionado à arrecadação da taxa para prevenção e extinção de incêndio, assim como das cobranças de custas judiciais e extrajudiciais. Conjuntamente, elas correspondem a 86,6% do incremento no recolhimento total de taxas no ano (21,6% e 65,1%, respectivamente). Cabe ressaltar, que as últimas receitas são administradas pelo Poder Judiciário.

Tabela 6.2

RECEITA TRIBUTÁRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-DEZ 2007/ JAN-DEZ 2008

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2007	2008		2007	2008	
DEMAIS TRIBUTOS (Tabela 6B)	472,74	502,66	6,3%	2.969,92	3.321,47	11,8%
IRRF	298,33	306,96	2,9%	1.156,81	1.268,33	9,6%
IPVA	54,42	63,52	16,7%	1.099,35	1.237,66	12,6%
ITD e ITBI	42,41	44,86	5,8%	209,68	248,87	18,7%
Taxas	77,59	87,32	12,5%	504,08	566,61	12,4%

A arrecadação do IPVA aumentou 25% no segundo semestre de 2008, em relação ao mesmo período de 2007; no ano o aumento foi de 12,6%

Tabela 6.3

RECEITA DE TAXAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-DEZ 2007/ JAN-DEZ 2008

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2007	2008		2007	2008	
Taxas	77,59	87,32	12,5%	504,08	566,61	12,4%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	30,59	33,94	10,9%	165,59	187,11	13,0%
Emolumentos e Custas Judiciais	33,01	38,88	17,8%	205,07	224,19	9,3%
Emol. do Corpo de Bombeiros do RJ	2,14	1,01	-52,9%	4,46	5,72	28,4%
Taxas de Prev. e Extinção de Incêndio	6,34	4,62	-27,2%	90,06	102,31	13,6%
Outras Taxas	5,50	8,88	61,4%	38,91	47,28	21,5%

III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

A Receita Patrimonial alcançou R\$ 8.612,37 milhões no acumulado dos primeiros doze meses de 2008 (Tabela 7), totalizando R\$ 2.095,97 milhões no 6º Bimestre. Comparativamente a 2007, as variações dos períodos ficam em 36,8% e 17,5%, respectivamente. Neste grupo, as Participações Especiais foram as que mais destacaram-se, atingindo valor próximo a R\$ 1,5 bilhão no bimestre.

O crescimento da receita de participações governamentais sobre a produção de petróleo e gás reflete o preço do petróleo mais alto na maior parte de 2008, e o crescimento da produção do campo de Roncador, que passou a ultrapassar o valor mínimo para pagamento de participações especiais (Tabela 7.1).

A produção do petróleo aumentou em 2,7% em 2008 (Gráfico 4), recuperando algumas quedas anteriores. Junto com o aumento do preço do barril, aquela mais que compensou o efeito da apreciação cambial na comparação das receitas em 2008 contra 2007 (Tabela 8). Em outubro de 2008, o petróleo ainda estava mais de 50% acima do preço de um ano antes.

Da mesma forma que aconteceu no bimestre anterior, o valor dos resgates de CFTs efetuados no último bimestre de 2008 foi bem menor que o daqueles feitos no final de 2007 (-64,7%). Isto se deu porque a antecipação de resgates acordada em 2007 se deu mais para o final do ano, o que levou a uma concentração de resgates no final de 2007, que veio a ser normalizada nos meses seguintes. Assinale-se que a receita decorrente do resgate destes títulos advém de uma permuta de haveres com o Tesouro Nacional, ainda que seja convencionalmente contabilizada como receita corrente do Estado. Ou seja, para adquirir os CFTs, o Estado se obrigou a transferir para a União, regularmente e até 2014, um fluxo de pagamentos, respaldado nas receitas estaduais associadas à produção de petróleo e gás. Dado o perfil do atual calendário de

Tabela 7

RECEITA PATRIMONIAL

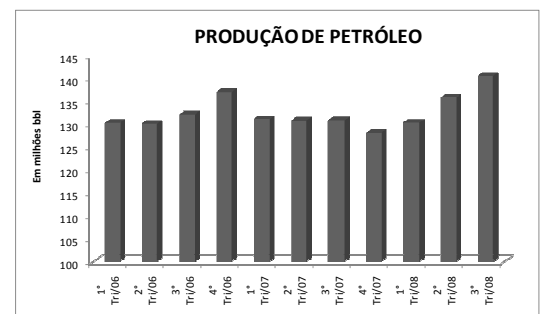
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-OUT 2007/ JAN-OUT 2008

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2007	2008		2007	2008	
RECEITA PATRIMONIAL	1.783,93	2.095,97	17,5%	6.303,98	8.621,37	36,8%
Petróleo	1.055,83	1.798,23	70,3%	4.363,93	6.719,76	54,0%
Royalties	282,59	381,61	35,0%	1.563,53	2.262,77	44,7%
Part. Especial	772,91	1.416,18	83,2%	2.798,62	4.454,35	59,2%
FEP	0,33	0,44	35,0%	1,77	2,63	48,3%
CFT's	390,15	137,55	-64,7%	1.347,10	1.299,31	-3,5%
Aplic. Financeiras	75,48	152,21	101,7%	291,82	547,45	87,6%
Demais Rec. Patrimoniais	262,48	7,98	-97,0%	301,15	54,85	-81,8%

Tabela 7.1

Período	Receita de PE
Novembro 2007	772.907.452
Novembro 2008	1.416.180.519
Diferença Total	643.273.067
<i>Roncador</i>	<i>468.746.321</i>
<i>Outros Campos</i>	<i>174.526.746</i>

Gráfico 4

Tabela 8

Discriminação	Nov/06 - Out/07	Nov/07 - Out/08	Var. %
Produção (milhões de bbl)	526,06	540,13	2,7%
Brent (US\$/bbl)	67,32	104,45	55,1%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	2,01	1,74	-13,3%

resgastes, o resultado acumulado até o bimestre passado cresceu em relação a 2007 (+21,4%), mas houve queda de 3,5% quando se consideram os últimos meses de 2008.

Como decorrência da organização dos fluxos de caixa do Estado e da melhor aplicação de eventuais saldos, o retorno das aplicações financeiras alcançou R\$ 152,21 milhões no 6º bimestre, 101,7% a mais que em o mesmo período de 2007, e totalizou R\$ 547,45 milhões no acumulado do ano, 87,6% acima do mesmo período do ano passado.

A receita de aplicações financeiras cresceu 101,7% no bimestre e 87,6% no acumulado do ano.

BOX 1: RIOPREVIDÊNCIA

A Reforma da Previdência realizada em 1998 introduziu a possibilidade da criação de fundos capitalizados para o custeio dos regimes próprios de previdência dos servidores públicos. Em 1999, o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu o Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (RIOPREVIDENCIA), autarquia pública independente, com a finalidade de gerir ativos financeiros, visando o custeio de pagamentos dos proventos, pensões e outros benefícios previdenciários.

Em 2008, os regimes próprios de previdência social do Rio de Janeiro foram unificados. Com a simples incorporação do IPERJ, o RIOPREVIDENCIA herdou milhares de processos judiciais e administrativos, em sua maioria pleitos de atualização de pensões, que se encontravam parados no antigo Instituto. Entretanto, tal marco institucional adequou o RIOPREVIDENCIA às exigências Constitucionais (Emenda Constitucional nº 41, de 2003) e regulamentares do Ministério da Previdência Social.

Atualmente, o RIOPREVIDENCIA tem público alvo de mais de 500 mil servidores ativos, inativos e pensionistas e ativo total de mais de R\$ 50 bilhões, dentre eles parte dos direitos futuros de royalties e de participações especiais na exploração do petróleo e do gás natural do Estado, nos termos do art. 20, §1º, da Constituição Federal.

A instituição conta hoje com um Comitê de Investimentos, cujos principais objetivos são evitar que as decisões de investimentos sejam tomadas por apenas uma pessoa e oferecer um fórum para debate amplo sobre assuntos financeiros e orçamentários, e a implantação de procedimento contínuo de avaliação e credenciamento de instituições financeiras para receberem recursos do Fundo.

O quadro abaixo indica o total de ativos do RIOPREVIDENCIA em 2008

Ativos	Saldo em Dez/08 (R\$)
Titulos Públicos	4.899.442.572,00
Royalties e Participações Especiais	34.956.490.596,02
Fundos de Investimentos	1.397.165.073,00
Imóveis	330.729.360,00
Outros	11.677.375.979,68
TOTAL	53.261.203.580,70

Com relação ao pagamento de dívidas, o Fundo destinou somente em 2008 e no início de 2009 mais de R\$ 40 milhões de despesas de exercícios anteriores. Além disso, foi instituído fluxo mensal mínimo de R\$ 6 milhões ao mês para pagamento de precatórios.

Mas as maiores conquistas ocorreram no atendimento ao segurado. A principal medida foi a implementação da concessão de pensão “em 30 minutos” (on line). Antes, elas eram requeridas pelo interessado no IPERJ e demoravam, em média, 10 meses para serem concedidas. Com a incorporação do Instituto pelo RIOPREVIDENCIA, houve correção das falhas operacionais e passou-se a conceder pensões em no máximo trinta dias. Em agosto de 2008, elas passaram a ser implementadas, em alguns casos, em até 30 minutos (exemplo: viúva de servidor...). Com isso, o RIOPREVIDENCIA passou a ser o primeiro RPPS do Brasil que disponibiliza esse benefício em tão curto espaço de tempo.

Novas agências de atendimento foram criadas para melhorar o atendimento. Antes, o público somente poderia ser atendido na agência central, localizada no edifício do IPERJ, na sede do RIOPREVIDENCIA e nos postos de atendimento do Instituto. Agora, além da agência central, totalmente reformulada, existem também: agências remodeladas; guichê no RIO SIMPLES; postos avançados em órgãos públicos (PMERJ, CBMRJ, PCERJ); agência móvel (RIOPREV MÓVEL); Ouvidoria, por telefone e pelo site; SAC, por telefone 0800; chat, uma vez por mês no site; terminais de auto-atendimento nas agências do RIOPREVIDENCIA e no RIO SIMPLES.

Outra linha de ação é a educação previdenciária. O projeto RIOPREVIDENCIA COM VOCÊ levará informações sobre o Fundo, contribuições e benefícios aos servidores do Estado.

As principais informações referentes à gestão e aos recursos financeiros do Fundo estão disponíveis no site do RIOPREVIDENCIA na Internet (www.rioprevidencia.rj.gov.br).

III.1.3 Receita de Transferências

A receita de transferências foi de R\$ 4.187,09 milhões nos doze meses de 2008, e R\$ 823,16 milhões no 6º bimestre, representando respectivamente 32,6% e 37,2% a mais do que os mesmos períodos de 2007. Parte significativa desse crescimento possui destinação constitucional obrigatória, por exemplo, na Educação.

Do total da receita de transferências recebidas em 2008 até dezembro, menos de dois terços (R\$ 2.483,87 milhões) correspondem a Transferências da União, dentre as quais se destacam as do FPE, IPI-exportação e SUS. Estas apresentaram crescimento de 25,4% em relação ao ano de 2007. No 6º bimestre, as transferências somaram R\$ 527,64 milhões (+44,1%).

O Estado do Rio de Janeiro recebe relativamente poucas transferências constitucionais e legais da União, tendo sido o 18º estado em termos de transferências em 2008 (Tabela 9.1). O volume de transferências recebidas pelo Rio, excluídos os recursos do FUNDEB e SUS, ficou entre o daquele recebido por Acre (17º) e Goiás (19º), e abaixo daquele recebido por estados relativamente industrializados, como São Paulo (7º), Minas (6º), Rio Grande do Sul (15º), Paraná (9º) e Bahia (1º). A inclusão do SUS aumentaria a distância do Rio destes estados.

Tabela 9

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-DEZ 2007/ JAN-DEZ 2008

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2007	2008		2007	2008	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	600,10	823,16	37,2%	3.158,79	4.187,09	32,6%
Transf da União	366,09	527,64	44,1%	1.980,95	2.483,87	25,4%
FPE	118,60	134,71	13,6%	586,76	717,38	22,3%
IPI exp	84,53	71,79	-15,1%	421,84	518,97	23,0%
IOF	0,01	0,01	-28,5%	0,08	0,07	-8,3%
CIDE	0,00	0,00	0,0%	95,17	81,31	-14,6%
SUS	98,70	119,17	20,7%	499,75	635,34	27,1%
Salário Educação	36,71	39,26	6,9%	210,35	238,04	13,2%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	85,78	85,78	0,0%
Demais Transf. da União	13,25	148,40	1020,3%	81,22	206,99	154,9%
FUNDEB	207,47	263,69	27,1%	1.029,67	1.489,89	44,7%
Convênios	26,53	31,53	18,9%	147,50	211,07	43,1%
Outras Transf. Corr.	0,02	0,30	1700,5%	0,67	2,26	238,8%

Tabela 9.1 Transferências da União em 2008 (R\$ milhões)

			(continuação)		
Ranque	Estado	Transferências Constitucionais*	Ranque	Estado	Transferências Constitucionais*
1º	BA	4.032,89	15º	RS	1.620,91
2º	CE	2.927,47	16º	AP	1.328,55
3º	MA	2.926,17	17º	AC	1.328,09
4º	PE	2.753,71	18º	RJ	1.305,75
5º	PA	2.745,59	19º	GO	1.301,91
6º	MG	1.878,53	20º	MT	1.201,65
7º	SP	2.697,14	21º	AM	1.173,50
8º	PB	1.702,65	22º	RO	1.119,28
9º	PR	1.690,78	23º	RR	961,93
10º	TO	1.654,51	24º	ES	938,21
11º	PI	1.667,53	25º	SC	878,83
12º	AL	1.624,96	26º	MS	615,24
13º	RN	1.328,09	27º	DF	309,55
14º	SE	1.328,55			

Fonte: Tesouro Nacional (http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp)

Nota: *Nestas transferências não foram considerados os valores referentes às transferências do FUNDEB e do SUS. Quanto ao primeiro, na maioria dos entes da federação os recursos que formam o fundo são oriundos de tributos do próprio Estado e não da União. No caso do SUS, não se deve considerá-lo, pois também engloba recursos dos municípios que não possuem Gestão Plena.

As principais transferências da União para os Estados são o Fundo de Participação dos Estados – FPE⁷, e o IPI-Exportação, sendo esta uma proporção da arrecadação federal do Imposto sobre Produtos Industrializados⁸. Se considerados apenas a soma destas transferências, o Estado se posiciona em 20º lugar na distribuição desses recursos em 2008, melhorando sua posição em relação ao ano de 2007 (21º).

O crescimento do FPE, relativo aos respectivos períodos de 2007, foi de 13,6% no 6º bimestre e de 22,3% nos total do ano; no caso do IPI-Exportação, as variações foram respectivamente -15,1% e 23%. A variação negativa do IPI no 6º bimestre de 2008 é um primeiro indicativo da crise, e de algumas medidas para contorná-la, como no caso dos incentivos para os automóveis, que afetam a partilha federativa.

As transferências constitucionais da União para o Estado do Rio de Janeiro são relativamente pequenas, tendo o Estado ficado em 18º lugar no total das transferências recebidas em 2008, posicionando-se em 20º se somadas apenas as transferências de FPE e IPI-exportação.

⁷ A composição do FPE é de 21,5% do Imposto de Renda (Pessoa Física e Jurídica) e 21,5% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A participação dos Estados no FPE é fixada pela Lei Complementar nº62/89. No caso do Rio de Janeiro, esta é de 1,5277%.

⁸ Do Imposto sobre Produtos Industrializados 10% são destinados aos Estados e ao Distrito federal, proporcionalmente ao valor das exportações isentas de ICMS (Artigo 159, II da Constituição Federal). O Tribunal de Contas da União divulga, anualmente, os coeficientes de participação de cada Estado e do Distrito Federal, para a distribuição da parcela de receita. Para os Municípios são transferidos 25% nos mesmos critérios de distribuição do ICMS.

O crescimento de transferências do SUS foi 20,7% maior no 6º bimestre de 2008 em relação a 2007, e 27,1% maior no acumulado do ano. Os resultados refletem primordialmente um ajuste de tabela de ressarcimento por serviços feito em 2006.

O Salário Educação apresentou desaceleração. Seu crescimento em relação a 2007 foi de 6,9% no 6º bimestre, contra 13,2% no acumulado do ano. A redução da CIDE decidida anteriormente pela União para acomodar os custos de produção dos combustíveis em face do aumento do preço do petróleo em 2008 apresentou uma redução de receita de 14,6% ao longo de 2008, em comparação com 2007.

Passando às transferências federais, os R\$ 1.489,89 milhões de transferências do FUNDEB recebidos no acumulado do ano na verdade são essencialmente financiados pelo próprio Estado, cujo aporte ao fundo é maior do que as transferências recebidas. Enquanto houve aumento de R\$ 460,22 milhões nas transferências recebidas do FUNDEB em relação ao mesmo período de 2007, os aportes do Estado para o fundo aumentaram em R\$ 619,20 milhões—resultando em maior “perda líquida”⁹.

Finalmente, os convênios – na sua grande maioria com a União – cresceram 43,1% em relação ao ano de 2007, e 18,9% em relação ao 6º bimestre do ano passado, decorrente da aceleração das obras do PAC, representando R\$ 31,53 milhões no período novembro/dezembro, e R\$ 211,07 milhões no ano de 2008.

III.1.4 Demais Receitas Correntes

As Demais Receitas Correntes apresentaram crescimento de 17,6% no 6º bimestre e de 5,8% no ano, quando

O ajuste da tabela do SUS contribuiu para que essas transferências fossem 27,1% maior nos doze meses de 2008 em relação ao mesmo período de 2007.

O aumento do aporte do Estado para o FUNDEB em 2008 (+R\$619,20 milhões) foi maior do que o aumento das transferências do FUNDEB para o Estado (+R\$ 460,22 milhões, aumentando a “perda líquida” do Estado em novos R\$ 159 milhões

Tabela 10

DEMAIS RECEITAS CORRENTES

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-DEZ 2007/ JAN-DEZ 2008

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2007	2008		2007	2008	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	921,19	1.083,52	17,6%	5.022,55	5.314,35	5,8%
Receita de Contribuições	246,81	212,14	-14,0%	875,50	858,38	-2,0%
Receita Agropecuária	0,02	0,01	-34,9%	0,04	0,04	2,5%
Receita Industrial	0,23	0,26	12,0%	1,89	1,33	-30,0%
Receita de Serviços	432,40	500,78	15,8%	2.532,22	3.066,44	21,1%
CEDAE	337,36	396,38	17,5%	1.845,40	2.290,59	24,1%
Multas e Juros de Mora	114,42	42,13	-63,2%	358,50	266,93	-25,5%
Indenizações e Restituições	6,46	5,63	-12,9%	33,78	80,39	137,9%
Dívida Ativa	23,52	15,45	-34,3%	74,72	94,14	26,0%
Receitas Diversas	97,34	307,13	215,5%	1.145,89	946,72	-17,4%

⁹ A Emenda Constitucional Nº 53/2006 aumentou as vinculações dos tributos e transferências antes associados ao FUNDEF (ICMS, FPE, IPI-exp e Lei Kandir) e incorporou outras receitas tributárias como fonte de financiamento (IPVA e ITD), com evolução progressiva em três anos, chegando a 2009 com uma vinculação de 20% para todos os tributos.

comparada com os respectivos períodos de 2007 (Tabela 10). O crescimento da receita anual, ajustado pela não repetição da receita da venda da folha dos funcionários ao Itaú e pela entrada de recursos do Previ-Banerj em 2008, foi de 14,3%, impulsionado principalmente pelo crescimento da venda de serviços da CEDAE.

Em 2008 houve ingresso de R\$ 430,5 milhões, em razão da transferência de ativos do Previ-Banerj. Essa transferência se deu no âmbito do processo de liquidação desse fundo, ora em curso, após o Estado ter assumido a responsabilidade pelo pagamento das aposentadorias e pensões dos antigos funcionários do Banerj, o que já vem fazendo há alguns anos em um volume de aproximadamente R\$ 580 milhões ao ano. Desde 2007 esta responsabilidade passou a ser exclusivamente do Estado, não se confundindo com os compromissos do Rioprevidência. Ajustando-se este montante verifica-se um aumento de 30,4% no acumulado do ano nas Receitas Diversas.

As receitas correntes da CEDAE, que ainda aparecem nos balanços consolidados como receitas orçamentárias do Estado, tiveram incremento de 17,5% no bimestre e 24,1% nos doze meses de 2008, revelando aumento de R\$ 445,19 milhões em relação a 2007. As Receitas de serviços do Detran, com exames e vistorias, correspondem à maior parte da diferença entre os R\$ 3.066,54 milhões do total de Receitas de Serviços do Estado em 2008 e os R\$ 2.290,6 referentes à receita tarifária da CEDAE¹⁰.

O crescimento da arrecadação da CEDAE, em excesso aos aumentos de tarifa de aproximadamente 8% tanto em 2007 quanto em 2008, se devem a um continuado esforço de medição e cobrança pelos serviços prestados. Enquanto o

A maior parte das Receitas de Serviços do Estado reflete a cobrança de vistorias e outras ações do DETRAN e a receita tarifária da CEDAE pela venda de serviços de água e saneamento diretamente ou a outras distribuidoras desses serviços

¹⁰ A receita da CEDAE, que é uma empresa de economia mista, ainda considerada dependente, representa 6% da receita total do Estado, e aproximadamente 9% da Receita Corrente Líquida. A principal contribuição do Estado para a CEDAE nos últimos anos tem sido através de transferências do financiamento de seu investimento com recursos do FECAM. Recentemente, o Estado regularizou suas relações com a empresa, passando a pagar pelos serviços que consome.

aumento de tarifa contribuiu com receitas adicionais da ordem de R\$ 100 milhões ao ano, a troca de 38 mil hidrômetros em 2007 e 73 mil hidrômetros em 2008, por exemplo, gerou um ganho de arrecadação estimado em mais de R\$ 60 milhões anuais. Ainda que a empresa não publique regularmente seus índices de perdas físicas e comerciais, como fazem as distribuidoras de energia elétrica, não se discute o esforço de também ampliar a proporção de consumidores com hidrômetros, cujo número passou de 1,02 milhão no começo de 2007 para 1,06 milhão ao final de 2008. Além disso, um esforço consistente de cobrança de municípios e de outros clientes do setor público. O Estado, por exemplo, contribuiu com aproximadamente R\$ 80 milhões de receitas referentes ao fornecimento prestado pela empresa aos órgãos da administração direta e indireta, pela primeira vez em muitos anos, em decorrência da nova política financeira do governo. Essas medidas têm fortalecido as receitas da empresa e ajudado a reduzir seu passivo patrimonial. Apenas as receitas de esgoto apresentam certa estagnação, não obstante o papel crucial deste serviço para a sociedade e o meio ambiente.

O aumento de arrecadação da CEDAE excede os aumentos de tarifa efetuados em 2007-2008 e se deve largamente ao esforço de cobrança desenvolvido nos dois últimos anos, envolvendo a troca de mais de 100 mil hidrômetros e a ligação de 40 mil consumidores

O crescimento da receita da Imprensa Oficial foi de apenas 2,5% no bimestre, mas de 24,1% (+R\$445,2 milhões) em todo o ano de 2008, refletindo mudanças na administração dessa empresa.

A receita da Dívida Ativa aumentou 26%, alcançando R\$ 94 mil reais em 2008. Entrementes, os valores de impostos devidos inscritos na dívida ativa aumentou em 49%, no caso do ICMS, somando R\$ 2,45 bilhões de reais. Além disso, houve a inscrição de 62.448 devedores de IPVA.

A receita da Dívida Ativa atingiu R\$ 94 milhões, enquanto as inscrições efetuadas pela SEFAZ somaram R\$ 2,4 bilhões.

**Tabela 10.1
Encaminhamento de Inscrições Estaduais a Dívida Ativa**

Tributo	Número de inscrições em Dívida Ativa		Valores Inscritos em Dívida Ativa (Em Ufir/RJ)		Valores Inscritos em Dívida Ativa (Em R\$ 1,00)		▲% 2008/2007 (em Ufir)	▲% 2008/2007 (em R\$ correntes)
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
ITD	265	123	620.265,41	184.907,32	1.085.154,33	337.603,78	-70%	-69%
ICMS	9.316	18.349	936.084.236,28	1.339.461.041,04	1.637.679.371,37	2.445.587.968,73	43%	49%
IPVA	1.626	62.448	2.322.918,41	25.672.139,65	4.063.945,76	46.872.192,57	1005%	1053%
Total	11.207	80.920	939.027.420	1.365.318.088	1.642.828.471,46	2.492.797.765,09	45%	52%

III.2 Receitas de Capital

A receita de capital, que inclui o desembolso de empréstimos, alcançou R\$523,64 milhões até o 6º bimestre de 2008, o que significa um aumento de R\$ 165,2 milhões (+46,1%) em relação ao mesmo período de 2007.

Os desembolsos das operações de crédito totalizaram R\$175,61 milhões no período de janeiro a dezembro, 7,3% maiores comparados ao mesmo período de 2007. Sendo R\$111,67 milhões referentes às obras de expansão do metrô, financiadas pelo BNDES, R\$59,11 milhões do Programa Estadual de Transporte – PET (investimento em trens), financiado pelo Banco Mundial, e R\$4,82 milhões do Programa de Modernização das Administrações Estaduais (PMAE), também de recursos vindos do BNDES.

As receitas com alienação de bens são por sua natureza de caráter pontual, não constituindo um bom indicador na análise das finanças estaduais. No final de 2008, apesar da receita com alienação de bens ter sido de R\$1,55 milhões, ainda assim supera em mais de uma vez os R\$ 0,77 milhões verificados nos primeiros doze meses do ano anterior.

Por fim, a receita com amortização de empréstimos, proveniente do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES¹¹, foi de R\$ 93,61 milhões (- 5,7%) no acumulado do ano. A recuperação dos valores emprestados é em parte destinada ao orçamento do Estado, o restante sendo vinculado ao RioPrevidência, constituindo-se em uma de suas receitas próprias para garantir futuras aposentadorias. No 6º bimestre, a receita de amortização de empréstimos foi de R\$ 6,1 milhões, 78,8% inferior comparado com o mesmo bimestre de 2007.

Tabela 11

RECEITA DE CAPITAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-DEZ 2007/ JAN-DEZ 2008

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2007	2008		2007	2008	
RECEITAS DE CAPITAL	81,07	183,14	126%	358,44	523,64	46%
Operações de Crédito	44,25	47,47	7%	163,67	175,61	7%
Alienação de Bens	0,00	0,00	0%	0,77	1,55	102%
Amortiz. de Empréstimos	28,84	6,10	-79%	99,26	93,61	-6%
Transf. de Capital	7,95	129,02	1523%	94,50	248,44	163%
Outras Rec. de Capital	0,03	0,55	1573%	0,24	4,43	1775%

¹¹ Fundes – Fundo especial destinado criar melhores condições para atração de investimentos para o Estado do Rio de Janeiro.

IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

A despesa realizada no bimestre Nov/Dez 2008 alcançou R\$8,72 bilhões, sendo 18,5% maior que no mesmo período de 2007 (Tabela 12). No exercício de 2008 como um todo, essa execução¹², líquida dos fluxos intra-orçamentários, alcançou R\$39,28 bilhões, representando crescimento de 14,72% em relação a 2007.

A despesa executada correspondeu a 97,73% da despesa autorizada para o ano (Tabela 13). Este percentual, apenas 2,27% abaixo da previsão, é classificado pela ABOP (Associação Brasileira de Orçamento Público) como uma ótima capacidade operacional financeira da despesa. Ele é resultado do esforço do Governo do Estado na implantação de uma cultura de planejamento integrado entre orçamento e finanças, estabelecendo limites máximos para a execução dos gastos a cada período.

O crescimento anual das despesas variou de Poder a Poder (Tabela 14). No âmbito do Poder Executivo, parte do crescimento se explica pelo aumento de despesas regulamentadas por vinculações constitucionais que variam de acordo com a receita do Estado, bem como aumentos em pessoal e no custeio de alguns órgãos, especialmente Saúde, conforme apresentado adiante. Com crescimento em torno de 11% estão o TCE e o MP, boa parte concentrada nas despesas de pessoal. No MP, além de pessoal houve aumento de R\$31,01 milhões (+38,5%) nas despesas de manutenção, reaparelhamento e modernização do órgão.

Tabela 12

R\$ milhões

DESPESA LIQUIDADADA - ERJ EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		
2007	2008	%
7.361	8.721	18,5%

* Desconsideradas as despesas intra-orçamentárias

** Exclui Imprensa Oficial

*** Inclui despesas com precatórios (R\$132,9 em 2008 e R\$160,2 em 2007)

Tabela 13

DESPESA LIQUIDADADA* / PREVISTA - ERJ
JAN-DEZ 2007 / JAN-DEZ 2008

R\$ milhões

ANO	LIQUIDADADO JAN-DEZ	DOT. AUTORIZADA	DOTAÇÃO FINAL	% LIQU. / AUTORIZADO
2007	34.246	35.176	36.615	97,36%
2008	39.288	40.200	41.801	97,73%

* Desconsideradas as despesas intra-orçamentárias.

** Exclui Imprensa Oficial

*** Inclui despesas com precatórios (R\$132,9 em 2008 e R\$160,2 em 2007)

Tabela 14

DESPESA POR PODERES - ERJ
LIQUIDADADO JAN-DEZ 2007 / JAN-DEZ 2008

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	JAN-DEZ 2007	JAN-DEZ 2008	Δ %
PODER EXECUTIVO*	31.017	35.859	15,61%
ALERJ	430	441	2,41%
TCE	301	335	11,22%
TJ**	2.012	2.113	5,05%
MP	485	540	11,22%
SUBTOTAL	34.246	39.288	14,72%
DESP. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.402	1.513	7,90%
TOTAL GERAL	35.648	40.801	14,45%

* Exclui Imprensa Oficial

** TJ inclui despesas com precatórios (R\$132,9 em 2008 e R\$160,2 em 2007)

12 A despesa é analisada pela ótica da liquidação nesta seção.

IV.1 Despesa por Fonte de Recurso

Os recursos do Tesouro Estadual financiaram R\$26,16 bilhões das despesas do ERJ no ano de 2008, um crescimento de 12,31% em relação a 2007 (Tabela 15).

A principal variação entre essas fontes (R\$2,79 bilhões) concentra-se na fonte de recursos provenientes de impostos (FR 00), cujo crescimento em relação a 2007 foi de 14,95%.

Os Recursos de Outras Fontes financiaram R\$13,12 bilhões das despesas em 2008, um aumento em 19,86% se comparado com o ano de 2007. O significativo aumento de 40,62% das despesas do FUNDEB decorre de maior transferência de recursos do Tesouro para este Fundo, conseqüência do bom desempenho das rubricas de receita que participam de sua constituição. Nas despesas custeadas com recursos de arrecadação própria (FR 10), o aumento de 18,52% (R\$1,62 bilhão) reflete o aumento da receita de tarifas da CEDAE neste exercício de 2008, e o reforço de receitas, inclusive de royalties, destinadas diretamente ao RioPrevidência, que pela primeira vez não recebeu recursos adicionais do Tesouro para atender os gastos previdenciários em sua totalidade. As despesas financiadas pelo SUS apresentaram aumento de 14,1% (R\$77,91 milhões), aplicados em sua maior parte na rede própria do Estado, pois as transferências aos 69 municípios que ainda não possuem a gestão plena na saúde permaneceram no mesmo patamar do ano anterior.

IV. 2 Despesa por grupo

No grupo de pessoal, o crescimento de 9,96% em relação a 2007 é influenciado pela economia de gastos decorrente do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária - PDV, já aderido por significativo número de servidores da PESAGRO, EMATER-RIO, RIOTRILHOS e CENTRAL. Nesta última, a economia em 2008 foi de R\$16 milhões em relação à despesa realizada em 2007, ao se reduzir o quantitativo de servidores de 1.963 para 743 funcionários.

Tabela 15
DESPESAS POR FONTE DE RECURSO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-DEZ 2007 / JAN-DEZ 2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		VAR %
	2007 JAN-DEZ	2008 JAN-DEZ	
RECURSOS DO TESOURO	23.296	26.164	12,31%
00 - ORDIN. PROVEN. IMPOSTOS	16.709	19.208	14,95%
01 - ORDIN. NÃO PROVEN. IMPOSTOS	1.593	1.479	-7,12%
04 - INDEN. EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO	2.231	2.418	8,37%
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	213	223	4,62%
06 - FUNDO DE PART. DOS ESTADOS	582	713	22,63%
11 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	190	151	-20,26%
22 - ADICIONAL DO ICMS - FECF	1.683	1.888	12,18%
26 - CID	96	83	-13,41%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	10.950	13.124	19,86%
10 - ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA	8.772	10.396	18,52%
12 - CONVÊNIO - ADM. DIRETA	302	381	26,35%
13 - CONVÊNIO - ADM. INDIRETA	149	138	-7,35%
15 - FUNDEB	1.026	1.443	40,62%
25 - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	552	630	14,10%
97 - CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	,4	,4	0,00%
98 - OUTRAS RECEITAS DA ADM INDIRETA	8	8	-5,56%
99 - OUTRAS RECEITAS DA ADM DIRETA	140	128	-8,93%
TOTAL GERAL	34.246	39.288	14,72%

*Exclui despesas intra-orçamentárias

** Exclui Imprensa Oficial

*** Inclui despesas com precatórios (R\$132,9 em 2008 e R\$160,2 em 2007)

O aumento da receita de impostos e transferências influencia diretamente no crescimento de 40,62% dos recursos do FUNDEB

Nas outras três empresas, até por serem órgãos de menor porte, o quantitativo de servidores que aderiram ao Programa foi menor. Na PESAGRO foram desligados 104 servidores, na EMATER–RIO 181 e na RIOTRILHOS 118, com expectativa de mais algumas centenas quando o plano de pensão do grupo se re-equilibrar. Financeiramente, a economia anualizada em cada uma das empresas foi respectivamente de R\$4,2 milhões/ano, R\$20,4 milhões/ano e R\$2,5 milhões/ano. Esse desligamento foi possível pela disposição do Governo pagar todos os custos trabalhistas, mesmo para funcionários já aposentados.

A despesa de pessoal foi ainda afetada pelos benefícios concedidos a servidores, entre eles o aumento salarial de 8% concedido em 2008 aos profissionais das áreas de educação e segurança e à regularização de valores pagos aos pensionistas do Estado, sob a gestão do Rioprevidência. A expansão do quadro de profissionais de saúde em 3.371 concursados, para suprir a demanda das Unidades de Pronto Atendimento - UPAs e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU e a nomeação de 64 delegados da Polícia Civil aprovados em concurso realizado na gestão anterior também contribuíram para o aumento das despesas de pessoal. Acrescente-se ainda o aumento de 5% concedido ao Poderes Legislativo e Judiciário a partir do mês de setembro.

O aumento de 27,67% (R\$1,67 bi) nas despesas de custeio foi impulsionado pelo empenho do Governo do Estado em algumas áreas prioritárias.

Na Saúde, o crescimento nas despesas de custeio de R\$365 milhões se concentra em medicamentos, material cirúrgico e serviços terceirizados para suprir a crescente demanda pelos serviços de saúde nas unidades estaduais. A expansão das unidades de pronto atendimento e a contratação de pessoal têm ampliado a oferta de serviços médicos e aumentado a complexidade

Tabela 16

DESPESAS POR GRUPO*
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - LIQUIDADO JAN-DEZ 2007 / JAN-DEZ 2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		VAR %
	2007 JAN-DEZ	2008 JAN-DEZ	
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.785	16.257	9,96%
1.1 - EXECUTIVO***	6.101	6.848	12,24%
1.2 - ALERJ	349	368	5,63%
1.3 - TCE	268	301	12,53%
1.4 - TJ****	1.407	1.464	4,04%
1.5 - MP	363	394	8,47%
1.6 - INATIVOS E PENSIONISTAS	5.761	6.294	9,25%
1.7 - PREVI-BANERJ	522	567	8,66%
1.8 - REFER	14	20	49,47%
2 - JUROS ENCARGOS E AMORT. DA DÍVIDA	3.214	3.401	5,84%
3 - DESPESAS DE CUSTEIO**	6.055	7.731	27,67%
3.1.1 - EXECUTIVO***	5.350	7.014	31,08%
3.1.2 - ALERJ	71	70	-1,62%
3.1.3 - TCE	30	29	-1,19%
3.1.4 - TJ****	524	506	-3,32%
3.1.5 - MP	81	112	38,49%
3.1 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.702	10.015	15,10%
3.2.1 - ENC. COM UNIÃO / INDEN. DE ROYALTIES	1.756	1.704	-2,96%
3.2.2 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	2.157	2.776	28,72%
3.2.3 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	4.789	5.535	15,59%
4 - INVESTIMENTOS	1.424	1.754	23,20%
4.1 - EXECUTIVO***	1.289	1.570	21,79%
4.2 - ALERJ	11	3	-75,46%
4.3 - TCE	4	5	15,45%
4.4 - TJ****	81	143	76,28%
4.5 - MP	39	34	-13,01%
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	67	129	94,09%
TOTAL GERAL	34.246	39.288	14,72%

*Exclui despesas intra-orçamentárias

** Exclui despesas com inativos e pensionistas, previ-banerj e REFER consideradas no grupo de despesas correntes

*** Exclui Imprensa Oficial

**** Inclui despesas com precatórios (R\$132,9 em 2008 e R\$160,2 em 2007)

da demanda por esses serviços, com forte impacto no consumo hospitalar e em exames.

Em Educação, o projeto de Reordenação do Ensino Fundamental e o Programa Conexão Professor, dentre outras despesas destinadas à melhoria da qualidade do ensino da rede estadual foram responsáveis por um aumento de cerca de R\$200 milhões na despesa.

A conservação da malha rodoviária também vem merecendo especial atenção do Estado. Essas despesas, classificadas entre o custeio, alcançaram R\$ 83 milhões, aplicados através do DER-RJ.

O crescimento de 23,2% (R\$330,41 milhões) no grupo de investimentos foi estimulado pela aceleração das obras do PAC nos dois últimos meses do ano. O detalhamento do PAC será apresentado adiante.

IV. 3 Despesa por área de governo

Nesta edição do Boletim de Transparência Fiscal a análise da despesa por áreas se concentrará naquelas envolvidas com os índices constitucionais, a saber, Educação, Saúde e Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM. Apresenta-se ainda um tópico sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

IV. 3.1 Saúde

No exercício de 2008, o Tesouro aplicou mais de R\$2,21 bilhões na Saúde. Este valor excede em 15% o índice mínimo constitucional, fixado pela EC nº. 29/2000. Este índice, a seu turno, cresceu 11,17% em relação a 2007 (Tabela 17).

O Tesouro Estadual compareceu com +R\$ 405 milhões adicionais de despesas com a Saúde passíveis de compor o índice constitucional—que alcançou 13,83% em 2008. No bimestre (Nov-Dez) a execução atingiu R\$712 milhões, incremento de 16,1% (+R\$98,7 milhões) em relação ao mesmo período de 2007. Vale ressaltar que as despesas

O ano de 2008 foi relativamente expansionista na parte de custeio, explicado pelo compromisso da prestação de serviços de qualidade na área de saúde, segurança, pagamento de bolsas e precatórios, e foco na conservação de estradas

O crescimento de 23,2% no investimento foi estimulado pela contribuição do Tesouro Estadual ao PAC

O índice de gastos da função saúde em 2008 atingiu 13,83%, excedendo significativamente o mínimo de 12%, e levando a um aumento de mais de 20% nessas despesas

realizadas com recursos transferidos pelo Sistema Único de Saúde –SUS (Box 2) não estão incluídas nesse montante; o cumprimento do índice constitucional se refere aos gastos financiados com receitas próprias do Estado.

Sob a gerência do Fundo Estadual de Saúde - FES foram aplicados R\$2,18 bilhões, correspondentes a 99% do total executado (Tabela 18). Os R\$21,2 milhões restantes foram executados por outras unidades orçamentárias que compõem o sistema de saúde: Secretaria de Saúde e Defesa Civil – SESDEC (R\$ 284,5 mil); Instituto Vital Brasil – IVB (R\$20,9 milhões); e Hospital Universitário Pedro Ernesto – HUPE/UERJ (R\$441,6 mil).

Analisando a despesa por grupo (Tabela 19), verifica-se que com exceção da amortização da dívida que apresentou queda de 4,08%, os demais grupos fecharam o exercício de 2008 com gastos superiores aos realizados em 2007.

O grupo “pessoal” requereu mais R\$104,2 milhões (16,9%), atingindo o montante de R\$721milhões em 2008. Foram admitidos, a partir de setembro, 3.371 profissionais de saúde aprovados no concurso CBMERJ. Situações emergenciais também contribuíram para o incremento desses gastos, a exemplo dos procedimentos exigidos para remunerar os profissionais vindos de outros Estados e, numa ação conjunta com o ERJ participaram no combate à epidemia da dengue. Ainda no âmbito de pessoal, a título de incentivo à valorização do profissional que atua nas UPAs e no SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, que exercem carga horária superior à estipulada na legislação em vigor, foi autorizada uma gratificação, de valor escalonado por especialização, entre R\$400 e R\$2.100.

Como reflexo dessas medidas, as despesas de pessoal no 6º bimestre chegaram a R\$ 159 milhões, contra R\$ 118 milhões em igual período de 2007 (+34,5%). Anualizado,

Tabela 17

APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM SAÚDE

Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		
	2007	2008	Δ %	2007	2008	Δ %
Base de Cálculo (receita)	2.624	2.859	8,96%	14.371	15.975	11,17%
Mínimo a ser aplicado em Saúde - 12%	315	343	8,96%	1.724	1.917	11,17%
Total da Despesa	613	712	16,10%	1.805	2.210	22,43%
Índice Constitucional - recursos aplic.	23,36%	24,89%		12,56%	13,83%	

Fonte: SIG/SIAFEM

Posição: 27/01/2009

Tabela 18

DESPESA LIQUIDADA* / PREVISTA - ERJ

FUNÇÃO SAÚDE

JAN-DEZ 2007 / JAN-DEZ 2008

Em milhões R\$

EXERCÍCIO	DESP. LIQ.	DESP. AUT.	DOT. FINAL	Δ % DES. LIQ. / DESP. AUT.
2007	1.805	1.836	1.839	98,30%
2008	2.210	2.233	2.233	98,98%

Fonte: SIG/SIAFEM

Posição: 27/01/2009

Tabela 19

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FUNÇÃO SAÚDE POR GRUPO DE DESPESA

Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		
	2007	2008	Δ %	2007	2008	Δ %
PESSOAL	118	159	34,50%	617	721	16,89%
CUSTEIO	374	476	27,18%	957	1.252	30,83%
INVESTIMENTO	121	77	-36,20%	137	146	7,01%
AMORT. DA DÍVIDA				95	91	-4,08%
TOTAL DA DESPESA	613	712	16,10%	1.805	2.210	22,43%

Fonte: SIG/SIAFEM

Posição: 27/01/2009



tal crescimento excede R\$ 150 milhões adicionais em pessoal na Saúde.

No âmbito do custeio, as despesas aumentaram em R\$ 295,1 milhões (+30,8%) em 2008, atingindo o patamar de atingiram o patamar de R\$1,25 bilhão. Dentre estas despesas, a Assistência Hospitalar e Ambulatorial cresceu 45,3%, atingindo R\$ 708 milhões. Aí estão incluídos os gastos de manutenção das 20 UPAS existentes. O valor convencional do custo de uma UPA, considerando custeio com suprimentos e pessoal, varia entre R\$ 581 mil para 300 atendimentos dia, e R\$ 747 mil para 500 atendimentos (Tabela 20). Ou seja, um valor anual de custeio entre R\$ 7 milhões e R\$ 9 milhões. A ação Assistência Hospitalar e Ambulatorial financiou R\$ 201,2 milhões de despesas relativas a cooperativas e outros mecanismos de terceirização de serviços médicos¹³, cujos contratos permaneceram em vigor em que pese à contratação direta pelo Estado de novos profissionais.

O custeio da Saúde aumentou 30,8%, dos quais, R\$63,93 milhões foram decorrentes da manutenção das 20 UPAs gradualmente implantadas em 2008

O Estado pagou R\$ 201 milhões para cooperativas e outros mecanismos de terceirização de serviços médicos em 2008

¹³ Os servidores aprovados no concurso CBMERJ serão lotados prioritariamente nas Unidades de Pronto Atendimento – UPAs 24 h e no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU (Decreto nº. 41.502, de 03/10/2008. Publicado no D. O. 06/10/2008).

Tabela 20

IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DE 20 UPAs NA DESPESA DE 2008					
					Em R\$
UNIDADE	BAIRRO	MUNICIPIO	PERÍODO DE INAUGURAÇÃO	PERÍODO DE IMPACTO ORÇAMENTO 2008 (meses)	VALOR IMPACTO ORÇAMENTO 2008
1	Maré	Rio de Janeiro	30/5/2007	12	6.974.914
2	Irajá	Rio de Janeiro	14/8/2007	12	6.974.914
3	Santa Cruz	Rio de Janeiro	6/12/2007	12	6.974.914
4	Bangu	Rio de Janeiro	27/6/2007	12	6.974.914
5	Campo Grande	Rio de Janeiro	26/2/2008	10	5.812.428
6	Belford Roxo	Rio de Janeiro	25/3/2008	9	5.231.185
7	Tijuca	Rio de Janeiro	14/5/2008	7	4.068.700
8	Parque Laureano	D. Caxias	21/7/2008	5	2.906.214
9	Ricardo de Albuquerque	Rio de Janeiro	28/7/2008	5	2.906.214
10	Botafogo	Rio de Janeiro	26/8/2008	4	2.324.971
11	Nova Iguaçu	Rio de Janeiro	28/8/2008	4	2.324.971
12	Marechal Hermes	Rio de Janeiro	8/9/2008	3	1.743.728
13	Sarapuí	D. Caxias	16/9/2008	3	1.743.728
14	Ilha do Governador	Rio de Janeiro	22/9/2008	3	1.743.728
15	Jacarepaguá	Rio de Janeiro	9/10/2008	2	1.162.486
16	Realengo	Rio de Janeiro	14/10/2008	2	1.162.486
17	Madureira	Rio de Janeiro	22/10/2008	2	1.162.486
18	HEAL - Fonseca	Niterói	11/11/2008	1	581.243
19		São Gonçalo	20/11/2008	1	581.243
20	Vila Kennedy	Rio de Janeiro	27/11/2008	1	581.243

Fonte: Secretaria Estadual de Saúde

63.936.708

O crescimento dos gastos de custeio também foi impulsionado pela expansão da aquisição e distribuição de medicamentos, incluídas na ação Assistência Farmacêutica (PT 2155 – Anexo 7). Os R\$ 205,1 milhões aplicados nessa ação (+29,84% em relação a 2007) financiaram três grupos de medicamentos (Tabela 20.1). O grupo respondendo pela maior despesa foi o de medicamentos excepcionais de uso contínuo e de alto custo (não listados pelo Ministério da Saúde), com os quais foram gastos R\$121,1 milhões (+23,5%). Esta despesa permitiu atender a mais de 20.000 pacientes em 2008, número cinco vezes maior que o atendimento prestado em 2006. Apesar do bom funcionamento deste programa em associação ao Governo Federal, o Estado ainda gasta considerável soma de recursos para cumprir mandados judiciais determinando o pagamento de vasta gama de medicamentos, em geral de alta complexidade, e alguns experimentais. Tais despesas alcançaram R\$ 21,2 milhões em 2008, com crescimento (+439,79%) que também reflete a maior regularização da

O crescimento do custeio na saúde também reflete aumento de 30% na aquisição e distribuição de medicamentos

O número de pacientes necessitando medicamentos excepcionais atendidos pelo Estado aumentou de 4 mil beneficiários em 2006 para 20 mil em 2008

contabilidade deste gasto, não obstante o aspecto às vezes imprevisível do dispêndio. Por outro lado, significativa economia foi feita na aquisição de medicamentos não excepcionais, cujo processo de aquisição, através de adesão a atas de registro de preços ou através de pregão eletrônico, reduziu o gasto anual em 7,22% em relação a 2007. Aliado a essa nova metodologia de aquisição, a adimplência dos pagamentos a partir de 2007 resultou em fornecimento direto pelos laboratórios à SESDEC, também com redução de custo em relação a 2006.

A ação o Incentivo à Assistência Farmacêutica na Atenção Básica dos Municípios também aplicou R\$17,64 milhões na disponibilização de medicamentos de uso comum aos ambulatórios das Secretarias Municipais de Saúde.

As despesas com investimentos em Saúde apresentaram incremento de 7% (+ R\$9,6 milhões), passando de R\$ 136,5 milhões em 2007 para R\$146,07 milhões em 2008 (Tabela 21). O comparativo anual apresentou menor crescimento do que nos bimestres anteriores porque houve alguma concentração de despesas no final de 2007, com a aquisição de equipamentos de exames complexos (e.g., tomógrafos) antes inexistentes na rede estadual. Tal aquisição diminuiu a dependência do Estado à rede privada. Em 2008, além da modernização de vários hospitais e a implantação das UPAs, o investimento do Estado aportou contribuição importante para a conclusão do hospital de Duque de Caxias, ampliando a oferta de leitos na região, em local de grande acessibilidade.

Tabela 20.1
DEMONSTRATIVO DA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Em R\$ mil

AÇÃO	FINALIDADE	LIQ. 2007	LIQ. 2008	Δ %
Ações de Assistência Farmacêutica	Medicamento Adquirido por Mandado Judicial	4.813	25.953	439,19%
	Medicamento Excepcional	98.074	121.117	23,50%
	Medicamentos Em Geral	37.428	34.726	-7,22%
	Incentivo à Assist. Farm. na Atenção Básica dos Municípios	17.282	17.644	2,10%
	Outras Despesas	355	2.214	523,96%
	Despesas de Exercícios Anteriores		3.432	
TOTAL		157.951	205.085	29,84%

Fonte: SIG/SIAFEM

Posição: 27/01/2009

Nos medicamentos comuns, a introdução de leilões eletrônicos permitiu que se comprassem 30% a mais de unidades, com redução de 7,22% na despesa

Tabela 21

 INVESTIMENTO REALIZADO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE (FUNÇÃO SAÚDE)
 ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-DEZ 2008

Em R\$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	HISTÓRICO		EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)			
			EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	
2961 FES	AUXÍLIOS	CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO ENTRE SESDEC E PREF. MUN. DUQUE DE CAXIAS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA HMMRC	20.000.000	20.000.000	20.000.000	
		CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO ENTRE SESDEC E PREF. MUN. DUQUE DE CAXIAS PARA CONSTRUÇÃO DO HMMRC (AUMENTO DA OFERTA DE LEITOS)	10.000.000	10.000.000	10.000.000	
	SUBTOTAL AUXÍLIOS		30.000.000	30.000.000	30.000.000	
	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS HOSPITALARES	44.334.381	44.246.440	16.801.990	
		MOBILIÁRIO E MATERIAL PERMANENTE PARA ESCRITÓRIO	1.659.531	1.626.265	1.493.189	
		ELEVADORES PARA O HOSPITAL ALBERT SCHWEITZER	259.900	259.900	220.901	
		EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS	136.356	95.686	-	
		VEÍCULOS AUTOMOTORES (20 MINIBUS, 55 VANS, 3 ÔNIBUS, 1 PICK UP E 1 AUTOMÓVEL)	9.390.230	9.285.230	9.285.230	
		VIATURAS TIPO UND. MÓVEL HOSPITALAR	5.280.000	5.280.000	-	
		SUBTOTAL AQ. EQUIP. E MAT. PERM.		61.060.398	60.793.521	27.801.310
	OBRAS E INSTALAÇÕES	OBRAS NO SUBSOLO DO MEMÓRIO		36.085	-	-
		OBRAS DE ADEQUAÇÃO DO CENTRO DE IMAGENS (H.E. ALBERT SCHWEITZER, H.E. ROCHA FARIA, H.E. GETÚLIO VARGAS E H.E. PEDRO II)		454.537	454.037	454.037
		OBRAS DE ADEQUAÇÃO DE ABRIGO DE ÁREA DO PRONTO ATENDIMENTO E EMERGÊNCIA - IASERJ CENTRAL		412.600	412.600	412.600
		ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E ORÇAMENTOS PARA DIVERSAS UNIDADES HOSPITALARES NOS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E DE NITERÓI		254.550	254.550	207.937
		ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DE ARQUITETURA PARA UNIDADES PRÓPRIAS ESTADUAIS		146.500	146.500	146.500
		CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL GERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI (continuação)		13.983.954	13.983.954	13.983.954
		REFORMA GERAL DO 5º E 6º PAVIMENTO DO H.E. AZEVEDO LIMA - Niterói (continuação)		744.599	744.599	744.599
		REFORMA GERAL NO H. E. ALBERT SCHWEITZER (conclusão)		1.998.493	1.998.493	1.998.493
		REFORMA DOS ELEVADORES NO H. E. ALBERT SCHWEITZER		97.000	97.000	97.000
		REFORMA DA MATERNIDADE E AMBULATÓRIO DO H. E. ROCHA FARIA (continuação)		3.815.091	3.815.091	3.815.091
		OBRAS NO INSTITUTO ESTADUAL DE DOENÇAS DO TÓRAX ARY PARREIRA - Niterói		497.228	497.228	490.390
		IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - UPAS 24 HORAS*		39.623.301	39.623.301	39.623.301
		REFORMA DO CENTRO DE IMAGEM NO H. E. ADÃO PEREIRA NUNES (SARACURUNA) - Duque de Caxias		1.402.102	1.402.102	1.402.102
		CONTENÇÃO DE TALUDES NO H.E. ADAO PEREIRA NUNES (SARACURUNA) - Duque de Caxias		1.150.368	1.150.368	1.150.368
		CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE TRANSFUSIONAL DE SANTO ANTONIO DE PADUA		99.793	-	-
		MELHORIA OPERACIONAL DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA DE ITAPERUNA		1.356.035	1.356.035	1.356.035
		IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA DAS LOCALIDADES DE PARQUE MAIRA, TRÊS POCOS E MORRO DO CRUZEIRO - MUNICÍPIO DE PINHERAL		585.501	585.501	585.501
		AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DE AGUA TRATADA NA LOCALIDADE DE IPIABAS - MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI - RJ		40.115	40.115	-
		AQUISIÇÃO DE TUBOS PARA O SISTEMA DE ADUÇÃO DE ÁGUA EM MACAÉ		4.396.938	4.396.938	2.347.661
	SUBTOTAL OBRAS E EQUIPAMENTOS		71.094.791	70.958.412	68.815.568	
	TOTAL FES		162.155.189	161.751.933	126.616.878	

* Do total investido em UPAs R\$17,98 milhões foram executados pelo FUNESBOM

BOX 2: USO DOS RECURSOS DO SUS

Os recursos repassados pelo Sistema Único de Saúde - SUS para o Fundo Estadual de Saúde — FES em 2008 somaram R\$ 635,3 milhões contra R\$499,7 milhões em 2007, aumentando em 27,1% (+ R\$135,6 milhões). Considerando as demais receitas e a remuneração dos depósitos bancários o total de recursos repassados atinge R\$679,5 milhões (Tabela ao lado). O aumento de 24% em 2008 se explica principalmente por ajustes efetuados pelo Governo Federal nas tabelas de procedimentos ambulatoriais e hospitalares adotadas a partir de 2007 e pela expansão da oferta de serviços, especialmente no combate à dengue.

No exercício de 2008, a despesa financiada com recursos do SUS chegou a R\$630,4 milhões, em crescimento de 14,1% em relação à execução do ano anterior. Este desembolso representa uma execução de 92,8% da receita disponível.

O Fundo Estadual de Saúde foi responsável pela gerência de 95,2% (R\$600,3 milhões) do total da despesa financiada com recursos SUS, dos quais 2/3 da despesa (R\$364,9 milhões), apenas transitam pelo orçamento do Estado, pois são destinados aos serviços de saúde nos 69 municípios fluminenses não incluídos na categoria de gestão plena. Para despesas no âmbito da Rede de Saúde Pública do Estado foram destinados R\$235,4 milhões, em incremento de 54,5% em relação a 2007 (+ R\$83 milhões). Estes foram aplicados principalmente nas ações de Assistência Hospitalar e Ambulatorial (R\$86,8 milhões), Assistência Farmacêutica (R\$83,7 milhões) e Assistência Móvel de Urgência e Emergência – SAMU (R\$29,1 milhões); em menor escala, R\$12,8 milhões foram destinados à Prevenção e Assistência em Hematologia e Hemoterapia e R\$9,1 milhões à Vigilância Epidemiológica e Ambiental.

Uma parcela de recursos oriundos do Sistema Único de Saúde foram repassados diretamente para a UERJ (R\$24,55 milhões), especificamente, para cobrir parte das despesas do Hospital Pedro Ernesto, para o Hospital Penitenciário (R\$3 milhões) e para o FUNESBOM (R\$2,6 milhões).

RECEITA REALIZADA SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

Em milhões R\$

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		
	2007	2008	Δ %
REMUNERAÇÃO DEPÓSITOS BANCÁRIOS	13	19	45,4%
RECEITAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	32	24	-23,2%
TRANSF. SUS - REPASSE FUNDO A FUNDO	500	635	27,1%
RECEITAS DIVERSAS	,41	,43	5,3%
TOTAL	545	679	24,6%

Fonte: SIG/SIAFEM

Posição: 27/01/2009

EXECUÇÃO SUS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Em milhões R\$

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		
	2007	2008	Δ %
2501 - SEAP	5	3	-39,5%
2961 - FES	516	600	16,3%
Estado	152	235	54,5%
Municípios	364	365	0,3%
2963 - FUNESBOM	2	3	29,7%
4043 - UERJ	29,23	24,55	-16,0%
TOTAL	552	630	14,1%

Fonte: SIG/SIAFEM

Posição: 27/01/2009

IV. 3.2 Educação

A base do índice de aplicação de recursos em educação em 2008 cresceu 13,46% em relação a 2007, definindo uma aplicação mínima em educação de R\$ 4,68 bilhões (Tabela 22).

O dispêndio total na função educação foi de R\$4,73 bilhões, representando crescimento de 14,2% (+ R\$588,3 milhões) e relação a 2007, e excedendo o índice constitucional.

A maior parte do dispêndio deu-se diretamente através da Secretaria de Educação, que executou R\$ 2,41 bilhões (Tabela 23). Outras unidades de grande consumo foram a UERJ, com R\$ 409 milhões (+ 16,21%), e a FAETEC, com R\$ 341 milhões (+37,14%). Os Encargos Gerais do Estado-EGE responderam por R\$1,28 bilhão, que se refere à Perda Líquida, ou seja a contribuição do Estado para a educação municipal. Do total de contribuição estadual para o FUNDEB, o retorno de R\$1,51 bilhão (FR 15) e é quase em sua totalidade destinado à pessoal, sendo aplicado essencialmente pela SEEDUC.

Tabela 22
APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM EDUCAÇÃO

Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		
	2007	2008	Δ %	2007	2008	Δ %
Base de Cálculo (receita)	3.071	3.344	8,90%	16.527	18.751	13,46%
Mínimo a ser aplicado em Educação - 25%	768	836	8,90%	4.132	4.688	13,46%
Total da Despesa	362	508	40,29%	4.142	4.731	14,20%
Índice Constitucional - recursos aplicados	11,80%	15,20%	28,83%	25,06%	25,23%	0,66%

Fonte: SIG/SIAFEM

Posição: 27/01/2009

A despesa total com a UERJ em 2008 aumentou 16,21%, e com a FAETEC em mais de 35% em relação a 2007

Tabela 23
DESPESAS DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)			PARTICIP. UO/DESP. TOTAL 2008
	2007	2008	Δ %	2007	2008	Δ %	
SEEDUC	577.160	663.634	14,98%	2.134.006	2.407.876	12,83%	50,90%
EGE/SEFAZ	239.407	221.229	-7,59%	1.126.311	1.285.296	14,12%	27,17%
SECT	4.157		-100,00%	4.559	5.177	13,56%	0,11%
FAPERJ	85.947	44.811	-47,86%	186.271	179.875	-3,43%	3,80%
UERJ	73.134	99.019	35,39%	352.312	409.430	16,21%	8,65%
FAETEC	59.785	94.835	58,63%	248.698	341.059	37,14%	7,21%
UENF	21.713	21.321	-1,81%	76.446	84.558	10,61%	1,79%
CECERJ	3.589	4.313	20,15%	13.743	17.479	27,18%	0,37%
TOTAL DA DESPESA	1.064.893	1.149.163	7,91%	4.142.345	4.730.750	14,20%	100,00%

Fonte: SIG/SIAFEM

Posição: 27/01/2009

A Secretaria de Educação do Estado é responsável pelo ensino de 1,5 milhão de alunos, distribuídos em 1.539 escolas, atendidos por 76.000 professores e 17.000 servidores de apoio. O crescimento da despesa em pessoal executada pela secretaria, da ordem de 15%

(+R\$229,25 milhões) financiou o aumento salarial de 8%, assim como a admissão de 13.000 mil professores para mitigar o déficit, muitas vezes localizado, de profissionais do ensino (Box 3).

Do montante aplicado em Educação, 96,53% (R\$4,56 bilhões) estão concentrados em pessoal e custeio (Tabela 24). A despesa com pessoal requereu R\$2,38 bilhões, com incremento de 15,47% (+R\$319,8 milhões) em relação a 2007. Esta despesa inclui a remuneração dos profissionais da SEEDUC, UERJ, FAETEC, UENF e CECIERJ. As outras despesas correntes, inclusive as transferências para o FUNDEB, cresceram 23,07% (+R\$408,5 milhões).

Houve aumento 38,74% no custeio, que alcançou R\$894 milhões em 2008, contra R\$ 644 milhões em 2007 (Tabela 25). A SEEDUC foi responsável por 58% desse gasto, com crescimento de 66,49%--em parte devido a iniciativas dando acesso continuado a serviços de tecnologia da informação a professores e alunos do Estado. O custeio da UERJ foi de R\$ 96 milhões (+42,36%), correspondente a pouco mais da metade do custeio da FAPERJ, que apresentou pequena queda em 2008.

As despesas com investimentos, ajustadas para a reclassificação da despesa com o Programa Nova Escola na rubrica de pessoal, somaram R\$146,08 milhões, equivalentes a um incremento de 39,02% (+ R\$41 milhões) em relação a 2007, quando se retira o Nova Escola da base de comparação do investimento de 2007.

A despesa de pessoal da SEEDUC aumentou 15%, aí incluídos o aumento salarial, a contratação de 13,000 professores e a reclassificação da Nova Escola

Tabela 24

DESPESA DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR GRUPO

Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		
	2007	2008	Δ %	2007	2008	Δ %
PESSOAL	64	151	134,40%	2.068	2.387	15,47%
OUTRAS CORRENTES	269	244	-9,49%	1.770	2.179	23,07%
INVESTIMENTO	25	110	341,14%	296	146	-50,68%
INVERSÕES	4	4	-2,24%	8	18	125,26%
TOTAL DA DESPESA	362	508	40,29%	4.142	4.731	14,20%

Fonte: SIG/SIAFEM

Posição: 27/01/2009

O aumento do custeio da UERJ foi de 42,4% em 2008

Tabela 25

 DESPESAS DE CUSTEIO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
FUNÇÃO EDUCAÇÃO

Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		
	2007	2008	Δ %
SEEDUC	313	522	66,49%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA		1	276,11%
FAPERJ	186	180	-3,46%
FENORTE	,1		
UERJ	68	96	42,36%
FAETEC	55	69	26,84%
UENF	13	15	13,50%
CECIERJ	9	11	19,94%
TOTALCUSTEIO	644	894	38,74%
<i>Transferências ao FUNDEB- Perda Líquida</i>	<i>1.126</i>	<i>1.285</i>	<i>14,12%</i>
TOTAL GERAL	1.770	2.179	23,07%

Fonte: SIG/SIAFEM

Posição: 27/01/2009

BOX 3: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – TODAS AS FR

A SEEDUC realizou 99,03% da despesa autorizada em 2008, aí incluídas todas as Fontes de Recursos (Tesouro, Salário Educação e Convênios). A despesa de R\$2,68 bilhões efetuada pela secretaria aumentou em R\$ 296,5 milhões em relação a 2007. Desse montante o Tesouro participou com 89,8%, com incremento de 12,83% em relação a 2007. Os recursos do Salário-Educação somaram R\$223 milhões, apenas R\$10 milhões a mais do que em 2007.

O crescimento da despesa em pessoal, da ordem de 15% (+ R\$229,25 milhões) financiou entre outras iniciativas a admissão de 11.000 mil professores aprovados nos concursos de 2004 e 2007 e a contratação temporária de 2.000 profissionais.

O custeio cresceu 37,31% (+R\$207,24 milhões). Parte desse gasto se deu através do desenvolvimento de ferramentas eletrônicas para as áreas pedagógicas e de gestão (a despesa, apesar de ser um investimento, aparece como um custeio porque se dá através da contratação de serviços de desenvolvimento de software). Deu-se início à implantação de sistema de gerenciamento acadêmico com informações relativas ao funcionamento das escolas, disponível a todas as Prefeituras do Estado e à implementação do cartão de identificação do aluno, registro de sua frequência e de sua participação nas atividades escolares. Esse projeto, testado em 3 escolas, será implantado em todas as unidades escolares em 2009.

Foram aplicados R\$ 19,85 milhões no Programa Conexão Professor e Conexão Aluno, permitindo o acesso de todas as unidades escolares à internet em banda larga.

No Programa Estadual de Gestão Escolar foram aplicados R\$8,25 milhões em capacitação de 160 orientadores de gestão que, atuando em 1.539 escolas, apóiam os Dirigentes na elaboração de planos de ação e na análise e manipulação de indicadores externos (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB).

O apoio à nutrição escolar requereu R\$18 milhões a mais que em 2007. Foram ainda aplicados R\$ 45 milhões no financiamento da gratuidade do transporte dos estudantes pelos ônibus intermunicipais. A Secretaria de Educação investiu R\$ 15,31 milhões na compra de equipamentos de imagem, som, e telecomunicações, além de R\$ 45,68 milhões na aquisição de equipamentos de processamento de dados. Foram adquiridos mais 50.000 notebooks e concluiu-se a implantação de laboratórios de informática em todas as escolas. Na recuperação da Rede Física foram gastos R\$70,11 milhões e na aquisição e desapropriação de imóveis para expansão da oferta de vagas R\$18,22 milhões

**DESPESA LIQUIDADADA/PREVISTA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
JAN-DEZ 2007 JAN-DEZ 2008**

Em R\$ milhões

ANO	DESPESA LIQUIDADADA	DESP. AUTORIZADA	DOT. FINAL	% DESP. LIQUI / DESP. AUT.
2007	2.383	2.416	2.422	98,67%
2008	2.680	2.706	2.720	99,03%

 Fonte: SIG/SIAFEM
Posição: 27/01/2009

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FONTE DE RECURSO**

Em milhões R\$

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		
	2007	2008	Δ %	2007	2008	Δ %
TESOURO E FUNDEB	577	664	14,98%	2.134	2.408	12,83%
CONVÊNIOS	10	23	116,27%	36	49	35,39%
SALÁRIO-EDUCAÇÃO	56	92	63,54%	213	223	4,62%
TOTAL	644	778	20,86%	2.383	2.680	12,44%

 Fonte: SIG/SIAFEM
Posição: 27/01/2009

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**

Em R\$ milhões

DISCR.	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		
	2007	2008	Δ %	2007	2008	Δ %
PESSOAL	305	310	1,77%	1.527	1.757	15,01%
CUSTEIO	201	369	83,12%	556	763	37,31%
INVESTIMENTO	129	90	-30,59%	292	142	-51,33%
INVERSÕES	8	9	11,97%	8	18	125,26%
TOTAL	644	778	20,86%	2.383	2.680	12,44%

 Fonte: SIG/SIAFEM
Posição: 27/01/2009

IV. 3.3 FECAM

Houve um crescimento de 54,4% na base de cálculo do Fundo de Conservação Ambiental - FECAM entre 2007 e 2008. Essa base inclui 5% das participações governamentais sobre a exploração de petróleo e gás natural, multas administrativas aplicadas e condenações judiciais por irregularidade constatadas pelos órgãos fiscalizadores do meio ambiente. O valor de R\$6,39 bilhões alcançado pela base de cálculo do FECAM em 2008 (Tabela 26) explica-se especialmente pelo extraordinário dinamismo das receitas de petróleo.

Como consequência, o orçamento do Fundo no decorrer do exercício de 2008 sofreu vários aumentos, passando de R\$232,37 milhões no início do ano para R\$322,84 milhões (+38,7%) após a última reavaliação de receitas.

Com sua execução descentralizada para unidades gestoras da área de meio ambiente, mantido o efetivo controle do comitê gestor do FECAM, que aprova e acompanha a execução de todos os projetos, as despesas financiadas com recursos FECAM somaram R\$323 milhões em 2008 (+R\$114 milhões em relação a 2007), ultrapassando em R\$2,5 milhões o limite mínimo legal e representando aumento de 54,6% em relação ao ano anterior.

Entre os muitos projetos financiados pelo FECAM (Tabela 27), pode-se destacar o término das obras do sistema secundário da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) de Alegria na capital (R\$46,34 milhões). A operação dessa planta vai tratar 216 mil m³/dia (aproximadamente 3,000 litros/segundo), que de outra forma seriam despejados na Baía de Guanabara sem tratamento. A planta receberá esgotos de 1,25 milhão de habitantes, residentes em 14 bairros da cidade.

Tabela 26

Em R\$ milhões

BASE DE CÁLCULO PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO FECAM			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-DEZ 2007	JAN-DEZ 2008	%
Receita Líquida (Base de Cálculo)	4.145	6.399	54,40%
Mínimo a ser aplicado no FECAM - 5%	207	320	54,40%
Despesa Liquidada Total - FECAM	209	323	54,67%
ÍNDICE ALCANÇADO	5,03%	5,04%	0,17%

Fonte: SIG/SIAFEM

Posição: 27/01/2009

Tabela 27

UO	AÇÃO	LIQUIDADO 2008
SEOBRAS	Ampl Abastecim Água na Baixada e S Gonçalo - PAC	27.055.960
	Melhoria Prod no Parque Tratam Guandu - PAC	425.427
	Saneam Entorno Baía de Guanabara -PAC	4.484.118
SEOBRAS TOTAL		31.965.504
CEDAE	Ampl e Melhoria das Bacias do Município do RJ	1.937.520
	Esg Sanitário Barra, Recreio e Jacarepaguá	55.559.533
	Saneam Bacias do Entorno da Baía de Guanabara	46.341.108
CEDAE TOTAL		103.838.161
CEHAB	Construção de Unidades Habitacionais	11.515.782
	Projeto Bacia dos Rios Iguaçú/Sarapuí - PAC	5.798.288
CEHAB TOTAL		17.314.070
SEA	Ater Sanit/Con Interm-Conv SEA/SEOBRAS/FUNASA	2.528.650
	Estrutut do Inst Estadual do Ambiente - INEA	8.429.484
	Proj Diferenciados de Saneamento Ambiental	20.939.866
	Outras Despesas (agenda 21 / Investimentos Ambientais)	2.261.468
SEA TOTAL		34.489.468
FECAM	Estruturação das Agências Regionais do INEA	104.844
	Projeto FECAM	15.575.931
FECAM TOTAL		15.680.775
SERLA	Prevenção e Controle Ambiental de Inundações	25.528.976
	Projeto Iguaçú - PAC	16.622.867
	Recup, Cons e Revit Sist Costeiros Lagunares	21.285.201
	Recuperação / Dragagem / Educação Ambiental	588.032
SERLA TOTAL		64.025.077
CENTRAL	Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário	7.999.840
DER	Elaboração do EIA - Rima das Estradas Parque	108.790
RIOTRILHOS	Expansão e Consolid da Rede Priorit Básica	46.948.922
OUTRAS DESPESAS FECAM		176.022
TOTAL GERAL		322.546.628

IV. 3.4 Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

O Programa de Aceleração do Crescimento vem se desenvolvendo e, em alguns casos, se ampliando. O valor total do programa no período 2007-2010 passou de R\$ 2,27 bilhões para R\$ 2,76 bilhões, com maior participação da União e do Estado (Tabela 28).

Foram autorizados R\$469,6 milhões em 2008, dos quais 61,01% foram efetivamente liquidados (R\$286,5 milhões). Destes, R\$122,87 milhões, foram pagos pelo Tesouro Estadual.

A despesa com o PAC liquidada a cargo do Tesouro Estadual alcançou 96,7% da despesa autorizada em 2008 (Tabela 28). Com isso, houve plena realização de vários projetos, como o do Alemão (99,61%), Manguinhos (96,17%), e realização de mais de 80% dos valores previstos no caso da Rocinha (83,83%) e Pavão-Pavãozinho (80,01%). A realização em alguns outros projetos, especialmente na parte de saneamento, foi

Tabela 28
RECURSOS PREVISTOS PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

Em milhões R\$

DISCR.	OP. CRÉDITO	UNIÃO	ESTADO	ADITIVOS	TOTAL
PREVISÃO INICIAL	623	1.239	405		2.267
PREVISÃO ATUAL	623	1.440	631	69	2.763

O Estado liquidou 96,7% da verba autorizada para o PAC, despendendo R\$ 123 milhões

menor (27%), não obstante o pleno cumprimento das obrigações do Estado.

Tabela 29
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PAC

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		PROGRAMA DE TRABALHO		GD	FR	DESPESA AUTORIZADA	LIQUIDADO	% EXECUÇÃO
0701	SEOBRAS	1039	Impl Pav Segm C Arco Rodov Metropolitan- PAC	INVESTIMENTO	TESOURO CONVÊNIO	3.367.295 67.694.228	3.366.595 13.476.655	
		TOTAL PT 1039				71.061.523	16.843.250	23,70%
		1606	Saneam Entorno Baía de Guanabara e RMRJ-PAC	INVESTIMENTO	TESOURO CONVÊNIO	4.484.181 12.206.852	4.484.118 66.881	
		TOTAL PT 1606				16.691.033	4.550.999	27,27%
		1607	Ampi Ab Água na Baixada e S Gonçalo - PAC	INVESTIMENTO	TESOURO CONVÊNIO	27.083.492 95.032.932	27.055.960 770.128	
		TOTAL PT 1607				122.116.424	27.826.087	22,79%
		1608	Melhoria Prod no Parque Tratam Guandu - PAC	INVESTIMENTO	TESOURO CONVÊNIO	432.327 9.051.398	425.427 577.430	
		TOTAL PT 1608				9.483.725	1.002.857	10,57%
		1613	Urbanização do Complexo da Rocinha - PAC	INVESTIMENTO	TESOURO CONVÊNIO	10.617.600 19.444.167	8.398.015 16.801.477	
		TOTAL PT 1613				30.061.767	25.199.492	83,83%
		1614	Urbanização do Complexo do Alemão - PAC	INVESTIMENTO	TESOURO CONVÊNIO	32.395.612 78.465.336	31.915.505 78.465.336	
		TOTAL INVESTIMENTO				110.860.948	110.380.841	
		INVERSÕES			TESOURO	10.714.603	10.714.603	
		TOTAL PT 1614				121.575.551	121.095.444	99,61%
		1615	Urbanização do Complexo de Manguinhos - PAC	INVESTIMENTO	TESOURO CONVÊNIO	25.353.947 42.280.929	25.048.122 39.959.110	
		TOTAL INVESTIMENTO				67.634.876	65.007.232	
		INVERSÕES			TESOURO	940.000	940.000	
		TOTAL PT 1615				68.574.876	65.947.232	96,17%
		1616	Urbanização do Morro do Pavão Pavãozinho - PAC	INVESTIMENTO	TESOURO CONVÊNIO	11.600.845 18.309.052	10.446.257 13.467.690	
		TOTAL INVESTIMENTO				29.909.897	23.913.947	
INVERSÕES			TESOURO	79.217	79.217			
TOTAL PT 1616				29.989.114	23.993.164	80,01%		
TOTAL RECURSOS TESOURO						127.069.119	122.873.818	96,70%
TOTAL RECURSOS CONVÊNIO						342.484.894	163.584.708	47,76%
TOTAL PAC						469.554.013	286.458.525	61,01%

Fonte: SIG

Posição de 27/01/2009

Na distribuição do gasto, 90,18% (R\$258,3 milhões) foram destinados à execução de obras por contrato, 5,48% (R\$15,7 milhões) às desapropriações (Gráfico 5).

Gráfico 5



IV.4 Cota Financeira¹⁴

A cota financeira implantada no exercício de 2008 representou valioso instrumento de controle dos desembolsos realizados pelo Estado, contribuindo na preservação do equilíbrio do Tesouro Estadual. As Programações de Desembolsos emitidas pelos órgãos e entidades, dentro dos valores fixados, conjugados com o fluxo de receita, vieram conferir maior grau de segurança aos fornecedores e outros agentes que lidam com o Estado, já que o valor de recursos financeiros disponíveis para os órgãos a que prestam serviço passaram a ser conhecidos com antecedência.

A cota financeira não se aplica aos gastos de pessoal, às despesas não discricionárias (EGE e Poderes) e àquelas financiadas com recursos próprios dos órgãos, diretamente arrecadados (FR10). Embora represente apenas pouco mais 10% da despesa paga no exercício, sua implantação veio mudar a cultura de execução de despesas, evitando aquelas sem cobertura orçamentária e financeira e de geração de passivos para o ERJ.

A cota utilizada referente às despesas financiadas com recursos do Tesouro foi praticamente toda utilizada (Tabela 30), evidenciando a integração das fases da despesa: empenho, liquidação e pagamento. No que se refere à cota estabelecida para as despesas financiadas com outras fontes, a baixa execução de 51,97% no exercício, reflete que o planejamento dessas despesas, quando da elaboração do orçamento foi incompatível com o efetivo repasse de recursos realizados no exercício pelos diversos agentes financiadores.

Tabela 30
COTA FINANCEIRA LIBERADA x COTA FINANCEIRA UTILIZADA

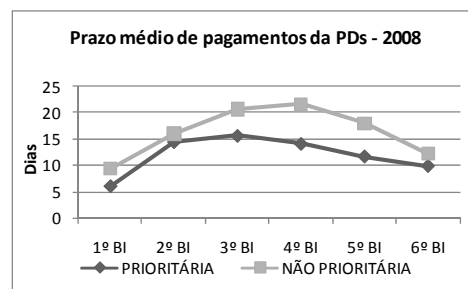
Em R\$ Milhões

FONTE	COTA FINANCEIRA LIBERADA JAN-DEZ	COTA FINANCEIRA UTILIZADA*	% UTILIZADO
TESOURO	4.371	4.300	98,39%
OUTRAS	2.929	1.522	51,97%
TOTAL	7.299	5.822	79,77%

Gráfico 6



Gráfico 7



¹⁴ Os valores apresentados na Tabela 30 estão acumulados.

V ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

V.1 Pagamento de PD's

Ao longo de 2008, o prazo médio de pagamento das Programações de Desembolso – PD's não ultrapassou a média dos 16 dias, nas áreas prioritárias, e 22 dias nas demais. Comparando estes números com os do ano de 2007, 28 dias para as áreas prioritárias e 38 para as demais, constata-se uma importante redução no prazo médio dos pagamentos executados pelo Tesouro Estadual. Este prazo é um dos principais critérios para avaliar o desempenho do Tesouro, dado seu caráter objetivo e mensurável.

Outros critérios de desempenho incluem a menor discricionariedade e maior transparência na gestão do pagamento. Também aí houve progresso significativo. Medidas como a publicação do Decreto nº 41.162, de 30 de janeiro de 2008, onde foram definidas as datas de pagamento (07, 15 e 25 de cada mês) para as despesas de custeio e capital (fornecedores), valorizando a ordem cronológica de emissão das Programações de Desembolso – PD's, deram maior previsibilidade aos gastos públicos.

A publicação da Resolução Conjunta SEFAZ/SEPLAG nº 28, de 03 de março de 2008, que criou a Cota Financeira, por seu lado, tornou possível melhorar a programação do fluxo de caixa pelo Tesouro, e otimizar a gestão dos recursos públicos.

Em maio de 2008, a Secretaria de Fazenda – SEFAZ publicou a Resolução nº 135, que instituiu os procedimentos para a divulgação dos pagamentos efetuados pelo Tesouro Estadual em seu sítio eletrônico. Esta medida vem atender ao princípio constitucional da publicidade e a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Com ela, qualquer cidadão tem amplo acesso a todos os pagamentos feitos pelo Tesouro,

Gráfico 8

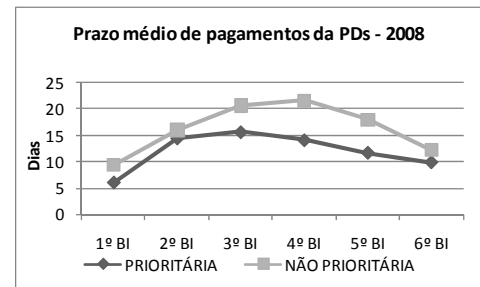
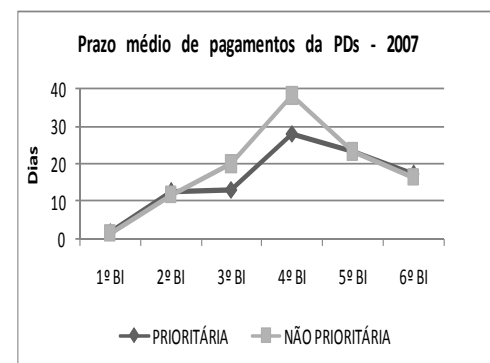


Gráfico 9



A Resolução Conjunta SEFAZ/SEPLAG nº 28 estabeleceu a Cota Financeira, limite de recursos para emissão de PD's nos órgãos e entidades.

informando-se o órgão pagador, a instituição recebedora e o programa a que pertence a despesa.

A SEFAZ, em novembro de 2008, passou ainda a possibilitar que os fornecedores do Estado, por meio de certificação digital, tenham acesso a previsão dos seus respectivos pagamentos. Com isto, aumenta-se a impessoalidade no cumprimento das obrigações contratuais do Estado e a segurança das empresas fornecedoras.

No 6º bimestre do exercício de 2008, o Tesouro Estadual ratificou seu compromisso com as áreas prioritárias - saúde, educação e segurança - praticando neste último bimestre o prazo médio de 10 dias entre confecção da PD pelo órgão e o pagamento das mesmas. No caso das programações de desembolso emitidas pela Secretaria de Estado de Educação e pela Secretaria de Estado de Segurança, estas chegaram a serem executadas em até 8 dias. Nas demais áreas, o prazo também foi reduzido, ainda dos 18 dias do bimestre passado (set/out) para 12 dias no final deste ano. Além da redução dos prazos médios, praticamente nenhuma PD fica sem pagamento por mais de 60 dias. Em 2008, quase 86,6% das PD's foram pagas em um prazo inferior a 30 dias e 99% (86,6+12,5%) em até 45 dias¹⁵.

Esta evolução ocorreu também por parte dos órgãos. Nestes, a forma encontrada para avaliar o desempenho na área de gestão financeira, foi a apuração do prazo médio que estes levaram para confeccionar as PD's após a devida liquidação de suas despesas de custeio e capital (Box 4).

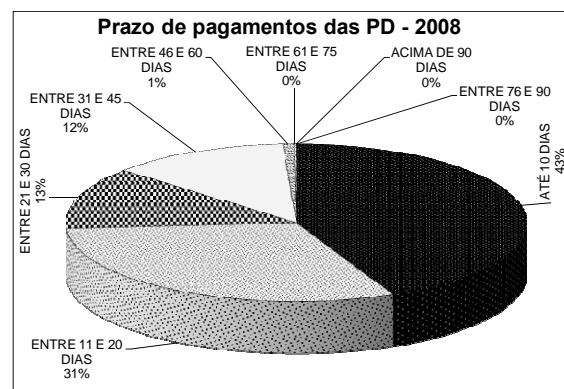
¹⁵ Estes números só não foram melhores devido ao fato de que muitas das PD's continham erros que não permitiram sua execução. O Tesouro Estadual com o objetivo de manter os órgãos informados das incorreções nas confecções de PD's, e, conseqüentemente, aperfeiçoar o processo de pagamentos, incluiu em seu Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM uma ferramenta que identifica e relaciona os erros nas PD's que foram encaminhadas para pagamento e não puderam ser executadas.

Tabela 31

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIA	10
NÃO PRIORITÁRIA	12
Média	11

Fonte: Sistema de Apoio ao Tesouro Estadual - SATE

Gráfico 10



A Secretaria de Estado de Educação e a de Segurança conseguiram reduzir este prazo em mais de 62%. A manutenção deste desempenho dependerá cada vez mais da cooperação dos órgãos e do bom casamento do planejamento do orçamento a nível global e dentro de cada secretaria. Em particular, o fiel cumprimento por todos os órgãos da proibição de dispêndios sem empenho e a coordenação dos limites de empenho e financeiros pelos órgãos centrais, assim como a liquidação ordenada desses empenhos em cada unidade orçamentária são elementos fundamentais para a consolidação do padrão de pagamentos do Estado.

BOX 4 - Análise do tempo demandado pelos órgãos para confecções de PD's

O Tesouro Estadual adotou, já em 2007, um critério de pagamento de despesas de custeio e de capital do Estado, que segue uma ordem cronológica das datas de confecção das Programações de Desembolso (PD's) por órgão.

Prazo médio na emissão das PDs

ÁREAS	2007	2008
PRIORITÁRIA	8	3
NÃO PRIORITÁRIA	4	4
Total geral	6	4

Fonte: Sistema de Apoio ao Tesouro Estadual - SATE

Cada órgão é responsável pela confecção de sua PD, que pode ser feita após a liquidação de seus empenhos (reconhecimento da obrigação de pagamento aos fornecedores). Dessa forma, a fim de identificar os órgãos mais céleres na confecção de sua PD, a Subsecretaria de Finanças levantou intervalo médio para que os órgãos preparassem a Programação de Desembolso após a liquidação da despesa, comparando 2008 com 2007. Esse intervalo médio denominou-se indicador de eficiência. Esse indicador tem como objetivo avaliar quais órgãos são sistematicamente mais ágeis em informar ao Tesouro Estadual seus débitos. Tal estudo permite ainda analisar se a metodologia de ordem cronológica de pagamento motivou os órgãos para que melhorassem seu tempo médio em 2008.

O Tesouro Estadual executa pagamentos de 83 órgãos, e o órgão que apresentou, em 2008, o maior tempo médio entre a liquidação e confecção de sua PD foi a Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro S.A – CEASA, que levou em média 16 dias; e dentre os cinco mais céleres na execução dessa tarefa, temos: (i) Encargos Gerais da Secretaria de Estado e Planejamento e Gestão - EGE/SEPLAG; (ii) Companhia Fluminense de Trens Urbanos – FLUMITRENS; (iii) Fundo Especial do Corpo de Bombeiro – FUNESBOM; (iv) Secretaria de Estado de Habitação – SEH; e (v) Secretaria de Estado de Segurança – SESEG; todos com suas PD's confeccionadas no mesmo dia de sua liquidação.

Tomando como base o ano de 2007, os órgãos que mais reduziram seu prazo médio, em 2008, foram: a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH, com uma redução no tempo médio de 11 dias para 5 dias, e a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, que teve uma redução de sua média em 5 dias. Em contrapartida, a Fundação para a Infância e Adolescência – FIA apresentou um aumento do seu prazo médio de 8 dias, para a execução da tarefa.

Com a melhora de desempenho neste indicador – redução do prazo médio – os fornecedores do Estado do Rio são os maiores beneficiados, pois têm suas obrigações pagas com mais agilidade, um dos objetivos deste governo.

Tabela 32 - TEMPO ENTRE LIQUIDAÇÃO E EMISSÃO DE PD's (em dias)

						<i>Nº dias</i>					
Orgão	UG	# 2008	2007	2008	≠ dias	Orgão	UG	# 2008	2007	2008	≠ dias
EGE/SEPLAG	370100	1	-	0,0	-	NOVODEGASE	210700	45	-	2,5	2,52
FLUMITRENS	217300	1	-	0,0	-	DER-RJ	044100	46	2,8	2,7	(0,12)
FUNESBOM	166100	1	-	0,0	-	CEDAE	247100	47	-	2,8	2,82
SEH	190100	4	0,9	0,3	(0,62)	SEAPPA	130100	48	1,7	2,8	1,13
SESEG	260100	5	-	0,5	0,46	METRO	217100	49	0,6	2,9	2,34
UENF	404500	6	0,1	0,5	0,36	TURISRIO	437100	50	1,3	2,9	1,65
EGE/SEFAZ	370200	7	0,9	0,6	(0,25)	PRODERJ	403200	51	0,8	3,0	2,10
SECOM	390100	8	0,5	0,6	0,09	PRODERJ	403200	51	0,8	3,0	2,10
SERVE	215300	9	0,1	0,7	0,54	SEAAPI	130900	53	1,4	3,0	1,57
FSCABRINI	254100	10	0,2	0,7	0,41	IEEA	243100	54	2,1	3,0	0,92
FUNESSP	266400	11	-	0,7	0,66	SETRANS	310100	55	0,1	3,0	2,95
SEOBRS	070100	12	0,5	0,7	0,16	SEC	150100	56	5,5	3,4	(2,14)
SEA	240100	13	2,4	0,8	(1,66)	FAPERJ	404100	57	1,9	3,4	1,52
SEEDUC	180100	14	-	0,8	0,78	CIDE	444100	58	3,1	3,5	0,43
SEDEIS	220100	15	0,7	0,8	0,06	FUNPERJ	96100	59	-	3,6	3,64
SSMCC	210600	16	-	0,9	0,86	EMATER-RIO	135300	60	6,7	4,0	(2,73)
IEF	244200	17	0,9	0,9	0,04	UERJ	404310	61	2,8	4,0	1,24
FEEMA	244100	18	1,0	0,9	(0,10)	FTMRJ	154300	62	2,5	4,0	1,56
FIPERJ	134100	19	1,1	0,9	(0,19)	SEDEC/CB	160100	63	-	4,2	4,20
FUESP	256100	20	-	0,9	0,94	CENTRAL	317200	64	1,4	4,3	2,92
SEF	200900	21	0,4	1,0	0,60	IASERJ	293100	65	-	4,6	4,57
SERLA	244300	22	5,7	1,1	(4,68)	CECERJ	404600	66	4,3	5,1	0,75
FMIS	154400	23	0,6	1,1	0,55	FES	296100	67	-	5,2	5,17
CM	210600	24	-	1,2	1,20	SEASDH	320100	68	11,5	5,3	(6,18)
VICE-GOV	080100	25	0,5	1,4	0,87	FLXIII	324200	69	3,4	5,8	2,38
CASACIVIL	210100	26	0,8	1,5	0,77	CODIN	227100	70	2,6	6,8	4,22
SETRAB	300100	27	1,4	1,5	0,12	RIOSEGURANCA	263200	71	-	7,1	7,09
FAETEC	404400	28	1,2	1,7	0,46	ITERJ	133100	72	8,1	7,3	(0,83)
FENORTE	144100	29	-	1,7	1,66	ITERJ	133100	72	8,1	7,3	(0,83)
SEGOV	140100	30	1,6	1,7	0,09	PESAGRO-RIO	135400	74	5,8	8,2	2,32
PGE	90100	31	-	1,7	1,71	SEFAZ	200100	75	3,7	8,2	4,57
SETE	170100	32	2,4	1,8	(0,64)	SECT	400100	76	6,3	9,0	2,68
SUDERJ	173100	33	0,1	1,8	1,73	CASERJ	137100	77	2,3	9,0	6,76
PCERJ	260400	34	-	1,8	1,84	SEPLAG	120100	78	15,0	9,4	(5,61)
CEHAB-RJ	197100	35	2,6	2,1	(0,49)	SEAP	250100	79	-	9,6	9,62
EMOP	045200	36	2,5	2,1	(0,33)	FEAS	326100	80	13,5	9,8	(3,75)
PMERJ	261100	37	-	2,2	2,16	CTC-RJ	217200	81	4,6	10,0	5,47
FCFB	154200	38	7,3	2,2	(5,17)	FIA/RJ	424100	82	3,0	11,6	8,66
DRM	353100	39	1,4	2,2	0,73	SESDEC	290100	83	-	11,7	11,70
CMGC	210600	40	-	2,2	2,20	IVB	297100	84	-	14,4	14,38
FUNARJ	154100	41	7,2	2,3	(4,86)	CEASA-RJ	137200	85	-	16,6	16,65
RIOTRILHOS	317300	44	1,7	2,4	0,66						

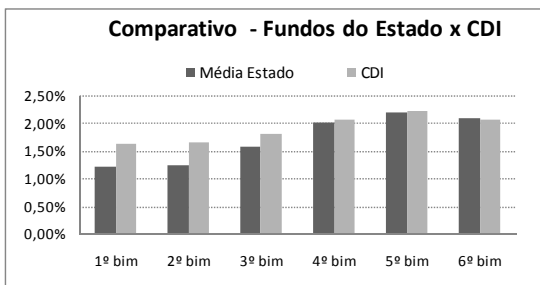
V.1.2 – Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

Em 2008, o Estado do Rio de Janeiro diversificou suas aplicações financeiras, distribuindo seus recursos em fundos exclusivos do Banco do Brasil, do Banco Itaú e da Caixa Econômica Federal.

Essa diversificação nas aplicações dos recursos do Tesouro Estadual tem permitido aumento nos rendimentos obtidos, maximizando-se, assim, o emprego do recurso público.

Em particular, enquanto historicamente o rendimento do conjunto de contas do Estado rendia bem abaixo da taxa de referência do mercado financeiro (rendimento médio dos Certificados de Depósitos Interbancários—CDI), esta discrepância praticamente desapareceu em 2008, com alguns fundos rendendo acima do CDI e nenhum fundo muito abaixo da taxa de mercado.

Gráfico 11



Fatores valiosos para esta mudança de patamar também foram a melhor previsão orçamentária-financeira e a implantação de novos procedimentos administrativos de pagamento que estabilizaram o fluxo de caixa do estado.

V.1.3 – Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

O adimplemento das concessionárias é uma importante mudança que se consolidou em 2008. O registro, no Sistema de Administração Financeira do Estado – SIAFEM, das despesas dentro do exercício de competência da fatura

Tabela 33

Pagamento de Concessionárias Efetuados em 2008

	R\$ milhões	
	2007	2008
FR Tesouro - 00, 01, 06, 22 e FR Salário Educação - 05	165	313
FR própria - 10	203	216
FR Convênio - 12 e 13	9	3
FR FUNDEB - 15 *	-	12
FR Outras Receitas - 98 e 99 **	3	0
	380	544

* despesas com Oi/Telemar relativas ao projeto de informatização da SEEDUC

foi uma das medidas adotadas com o intuito de evitar futuros reconhecimentos de dívidas de exercícios anteriores – DEA's. Além disso, estes registros possibilitaram a avaliação do valor real dos gastos com serviços públicos essenciais, dado importante para previsão orçamentária.

No exercício de 2008, o Estado do RJ apresentou um dispêndio de aproximadamente R\$ 544 milhões com concessionárias de serviços públicos, o que representou um aumento de 43% em relação a 2007, quando foram gastos R\$ 380 milhões.

Analisando-se apenas as despesas honradas com Fonte de Recursos (FR) do Tesouro e Salário Educação, houve um aumento expressivo do valor do descaixe de 2007 para 2008, derivados principalmente de quatro fatores:

- O pagamento de R\$ 65 milhões de Restos a Pagar Processados – RPP, sendo R\$ 52 milhões de despesas com serviços da CEDAE de competência 2007.

- A regularização dos pagamentos a CEDAE relativos às despesas com abastecimento de água em 2008 no montante de R\$ 32 milhões—somando um fluxo financeiro de mais de R\$ 80 milhões para a empresa.

- O custo de R\$ 26 milhões em desenvolvimento e implementação do projeto de rede de comunicação para integração escolar, incluindo o serviço de acesso a internet para Notebooks do programa conexão professor. Esta quantia foi utilizada na compra dos chips de acesso adquiridos com a Oi/Telemar.

- O pagamento antecipado das PD's de competência dezembro/2008, com vencimento em 2009, quitadas em 31/12/2008, evitando o registro em RPP.

Gráfico 12

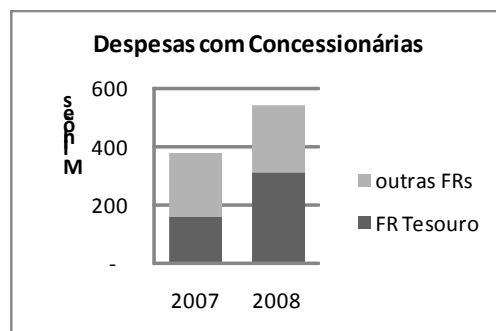


Gráfico 13

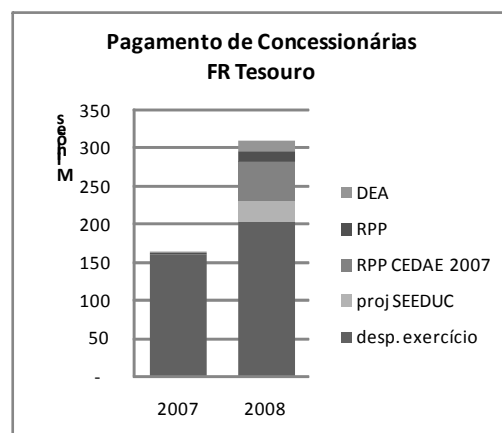
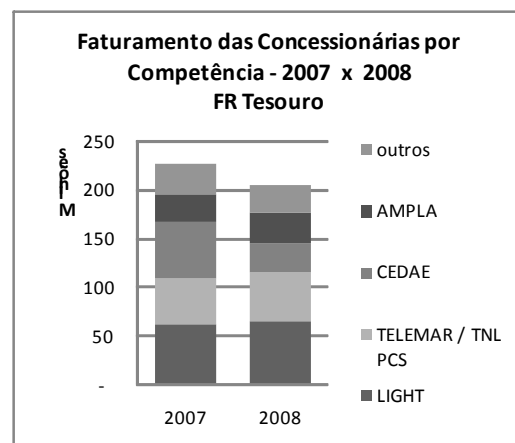


Gráfico 14



Além desses elementos, o Tesouro ainda quitou algumas dívidas de exercícios anteriores (DEA's) concernentes a serviços de utilidade pública, reconhecidas em 2008.

Quanto às despesas pelo regime de competência, constatou-se, no ano de 2008, uma redução de 12% nos gastos com concessionárias se comparado com o ano de 2007. Esta redução pode ser atribuída, em parte, à flutuação dos pagamentos efetuados a CEDAE. Contudo, vale lembrar que 90% dos custos relativos aos serviços prestados pela CEDAE, no ano de 2007, foram quitados como RPP em 2008, elevando assim os desembolsos do exercício.

A mudança de relacionamento entre o Estado e a CEDAE é reflexo do Decreto nº 41.201/2008, que revogou a política definida pelo Decreto nº 33.970/2003 de não permitir que os serviços prestados pela empresa aos órgãos estaduais fossem registrados no Programa de Trabalho "Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública". Com a nova política, a empresa é totalmente remunerada pelos seus serviços ao Estado.

Em 2008, os bimestres que concentraram maior volume de despesas com FRs do Tesouro foram março/abril e novembro/dezembro, o primeiro por conta da quitação de R\$ 44 milhões de RPP/2007 da CEDAE, e o segundo por conta dos gastos de R\$ 26 milhões com a Oi/Telemar, no projeto de informatização da SEEDUC, somados a R\$ 22 milhões relativos as faturas de competência do mês de dezembro de 2008, que já estavam prontas para adimplemento dentro do exercício.

Assim, no último bimestre do ano foram pagas faturas das concessionárias de serviço público referentes a três meses, tendo havido antecipação de dezembro, tradicionalmente pago em janeiro do ano seguinte, o que ajudou a reduzir os restos a pagar do Estado.

Gráfico 15

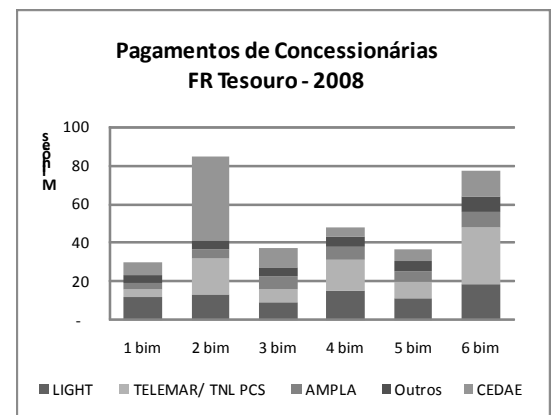
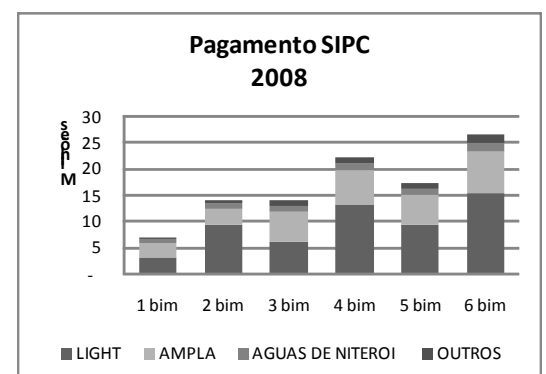


Gráfico 16



Em relação às despesas dos órgãos que participam do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC (caracterizado na edição anterior), em 2008, as faturas mensais das 12 concessionárias participantes foram integralmente quitadas, totalizando um montante de R\$ 100 milhões.

Em 2008, foi assinado novo contrato de telefonia entre o Estado e a Oi/Telemar. Até o final do ano, 22 órgãos/entidades haviam sido abarcados pela sistemática prevista no contrato, verificando-se uma redução expressiva nos gastos. Os cinco primeiros órgãos que aderiram ao contrato obtiveram uma queda nos custos dos serviços de telefonia fixa, da ordem de 66% do 1º bimestre para o 6º bimestre de 2008.

Considerando a previsão de redução dos custos, para o ano de 2009, foram reservados R\$ 177 milhões do orçamento para o Programa de Trabalho específico de despesas com Serviços de Utilidade Pública, honradas com Fontes de Recursos do Tesouro, representando uma economia de 14% em relação aos R\$ 205 milhões gastos com os serviços prestados em 2008. Ressalte-se que estas despesas por estarem abrangidas pelo SIPC, possuem um controle mais eficaz dos procedimentos de pagamento, o que evita a criação de dívidas e/ou de faturas pendentes de registro.

V.2 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

Como política de pagamento de Restos a Pagar, o Estado editou o Programa de Pagamento/Parcelamento instituído pelo Decreto nº 40.874/2007, que reconheceu as obrigações custeadas com as Fontes do Tesouro Estadual

Gráfico 17

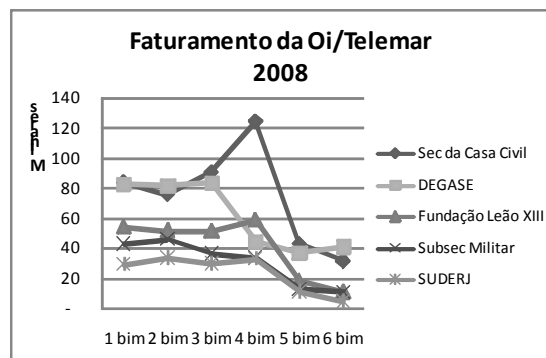
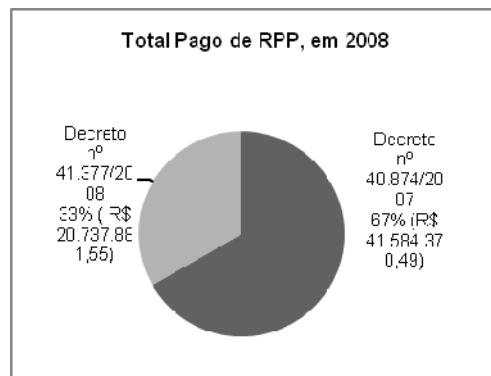


Gráfico 18



(00, 01 e 06¹⁶), e o Decreto nº 41.377/2008, que reconheceu as obrigações suportadas por fontes de recursos provenientes do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e de Desenvolvimento Urbano – FECAM (fonte 04).

No ano de 2008, foram pagos R\$ 62.322.252,04 referentes aos restos a pagar processados nos exercícios de 2002 a 2006. Desse montante, R\$ 41.584.370,49 foram concernentes ao Decreto nº 40.874/2007, e R\$ 20.737,881,55 foram concernentes ao decreto que trata do FECAM.

A quitação das dívidas por intermédio do Programa de Pagamento/Parcelamento começou no final de dezembro de 2007 para os credores que ingressaram ainda na primeira fase do programa, tendo sido adimplido, naquele período, o montante de R\$ 6.433.780,12. Portanto, somando-se o montante pago em 2007 e em 2008, foi adimplido o total de R\$ 48.018.150,61 no Programa fonte Tesouro. Desse modo, foram quitados ao final de 2008 cerca de 23% do total das dívidas renegociadas por meio do programa instituído pelo Decreto nº 40.784/2007 (incluindo somente a 1º e a 2ª fase do Programa) e cerca de 64% das dívidas renegociadas pelo Decreto nº 41.377/2008.

Diante do sucesso do programa estabelecido pelo Decreto nº 40.784/2007 e a grande procura de fornecedores que não conseguiram requisitar, tempestivamente, as informações previstas no art 4º da Resolução nº 73/2007, revelou-se necessária, a abertura de uma terceira fase do programa, oportunidade para novas adesões. Isto se deu por meio da Resolução SEFAZ nº 182/2008, que fixou novo prazo para os credores requererem estas informações (de 15/12 a 19/12/2008).

¹⁶ 00- Receitas Provenientes de Impostos; 01-Receitas Não Provenientes de Impostos; e 06- Receitas Provenientes do Fundo de Participação dos Estados.



O total renegociado nas duas primeiras fases do programa fonte Tesouro foi de R\$ 206.659.852,62, com a adesão de 785 credores. Desses credores, cerca de 70% tiveram seus créditos quitados integralmente em novembro de 2008, com o pagamento da terceira parcela – para os credores que ingressaram com requerimento na primeira fase do programa – e da segunda parcela – para os credores que aderiram na segunda fase.

Já no tocante a terceira fase do programa, até a presente data, cerca de 82 credores aderiram ao programa, com um valor renegociado em torno de R\$ 37 milhões. O pagamento dos credores que aderiram ao programa nessa última fase, dar-se-á, conforme disposto no Decreto nº 41.625, de 09 de janeiro de 2009, da seguinte maneira: (i) integralmente até março de 2009, para os créditos de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); e (ii) o saldo será pago em até 14 parcelas semestrais, vencendo a primeira em 2009.

Destarte, até a presente data, o novo volume pactuado no programa para fonte Tesouro é da ordem de R\$ 243 milhões, com a adesão de 883 credores.

- Oferta Pública de Recursos

Como já mencionado em edições anteriores, ainda encontra-se em fase de elaboração o Edital da primeira Oferta Pública de Recursos, que possibilitará a Secretaria de Estado de Fazenda antecipar as últimas parcelas do pagamento previsto no Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados, desde que oferecidos descontos pelos credores.

A nova reabertura de prazo estipulada pela Resolução SEFAZ nº 182/2008 pôde propiciar um maior incentivo às empresas que não aderiram ao programa anteriormente a fazê-lo agora. Com o ingresso de um maior número de credores que aderiram ao programa de Pagamento/Parcelamento, o Tesouro Estadual espera um

maior volume de fornecedores habilitados para participarem do leilão, com o objetivo de prosseguir com o pagamento de dívidas contraídas em exercícios anteriores à atual administração.

V.3 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

No ano de 2008, o Estado do Rio de Janeiro ultrapassou a meta de empregar R\$ 134 milhões no adimplemento de precatórios.

Como resultado da política financeira adotada pelo Governo do Estado, empregou-se, com a execução dos pagamentos do último bimestre, o valor de R\$ 134.348.061,46, só de recursos provenientes do Tesouro Estadual (FR 00), no pagamento dessas obrigações inscritas contra o Estado do Rio de Janeiro e suas Entidades da Administração Indireta.

O valor anual aplicado na liquidação de precatórios inscritos contra o Estado foi acrescido ainda em R\$ 19.868.725,46, decorrente dos pagamentos efetuados com recursos próprios do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – RioPrevidência, que, a partir de outubro de 2008, passou a adimplir os precatórios decorrentes de ações ajuizadas por inativos e pensionistas, inscritos contra o IPERJ. No último bimestre, foram aplicados pelo Fundo R\$ 13.460.333,11, entre cumprimento de acordos e quitação de 56 precatórios alimentícios, inscritos no orçamento do ano de 2002.

Portanto, no ano de 2008, foram aplicados aproximadamente R\$155.000.000,00, no pagamento de precatórios, representando um aumento superior a 100% em relação ao valor destinado à liquidação desta despesa no ano anterior.

Nos meses de novembro e dezembro, entre os pagamentos de precatórios efetuados com Fontes do Tesouro (FR 00) e aqueles realizados com recursos próprios das Entidades da

Gráfico 19

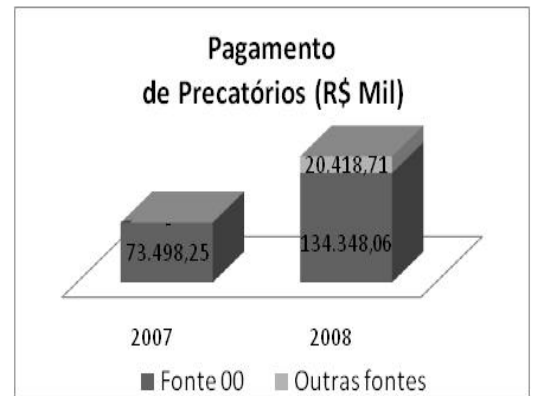


Gráfico 20

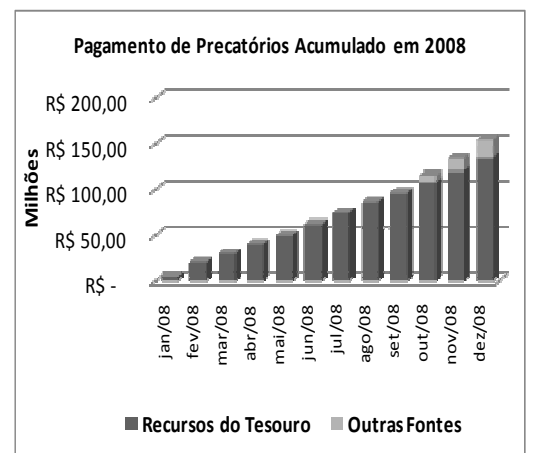
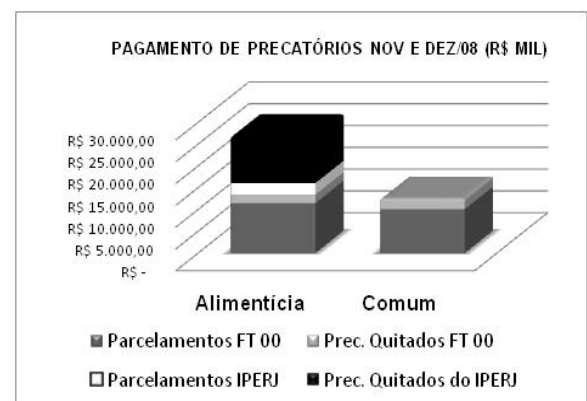


Gráfico 21



Administração Indireta (FR 10), o Estado aplicou um valor total de R\$ 39.462.308,08.

Esses números revelam o compromisso do atual Governo no adimplemento destas obrigações.

Dos recursos utilizados na quitação de precatórios, 68% foi aplicado no cumprimento de obrigações de natureza alimentícia – quitação de 90 precatórios – totalizando R\$ 26.892.890,73; e 32% no pagamento de obrigações de natureza comum – quitação de 19 precatórios – representando um volume de R\$ 12.569.417,35.

O Tesouro Estadual praticamente conclui, no exercício de 2008, a quitação dos precatórios alimentícios inscritos em dois anos orçamentários (1999 e 2000), contra o Estado do Rio de Janeiro, restando apenas um último precatório de grande valor, o qual depende de acordo de parcelamento.

Entre os pagamentos de precatórios efetuados com recursos do tesouro, no último bimestre, foram quitadas 22 sentenças judiciais emitidas contra a Administração Indireta. Destarte, foram adimplidos os precatórios alimentícios oriundos do Tribunal de Justiça inscritos nos orçamentos das entidades até o orçamento de 2006, exceto pela FUNDERJ (2003), que possui precatórios de grande valor objeto de negociações na Procuradoria Geral do Estado.

Além dos pagamentos destes passivos judiciais das Entidades, emitidos pelo TJ, foi aplicado o montante de R\$ 805.655,88 na quitação de precatórios expedidos pelo Tribunal Regional do Trabalho, inscritos contra a Fundação Leão XIII, cuja fila de precatórios pendentes, após os pagamentos do mês de dezembro, avançou do ano orçamentário de 2002 para o orçamento de 2006.

A Tabela 32 apresenta os principais avanços nos pagamentos de precatórios inscritos nos orçamentos das Entidades custeadas com recursos do Tesouro, durante o exercício de 2008.

Tabela 34

	Alimentícia	Comum	TOTAL
Parcelamentos FT 00	R\$ 11.472.317,33	R\$ 10.101.584,52	R\$ 21.573.901,85
Prec. Quitados FT 00	R\$ 1.960.240,29	R\$ 2.467.832,83	R\$ 4.428.073,12
Parcelamentos IPERJ	R\$ 2.622.343,34		R\$ 2.622.343,34
Prec. Quitados do IPERJ	R\$ 10.837.989,77		R\$ 10.837.989,77
	R\$ 26.892.890,73	R\$ 12.569.417,35	R\$ 39.462.308,08

Tabela 35

Dívida de Precatórios de Natureza Alimentícia Emitidos pelo TJ		
ENTIDADE	ORÇAMENTO PENDENTE EM JANEIRO/08	ORÇAMENTO PENDENTE EM JANEIRO/09
FIA	2002	2008
FEEMA	2005	2008
IASERJ	2005	2008
FUNARJ	2008	2008
FUND LEAO XIII	2007	2007
IEF	2006	2006
UERJ	-	2009
PRODERJ	2008	2008
SERLA	2008	2008
*FUNDERJ	2003	2003

Nestes pagamentos foram empregados R\$ 30.655.103, sendo 82% deste total referente às quitações de precatórios e 18% aplicado no cumprimento de parcelamentos.

A Procuradoria Geral do Estado celebrou, nos meses de novembro e dezembro, 07 acordos de parcelamento, o que viabilizou o pagamento de outros precatórios inscritos contra a Administração Direta do Estado do Rio de Janeiro.

Atualmente há 33 acordos de parcelamento de precatórios vigentes, representando um comprometimento mensal de aproximadamente R\$ 11 milhões.

Vale ressaltar que, durante o exercício de 2008, foram aplicados R\$ 106.195.851,71, no adimplemento de parcelas oriundas dos acordos celebrados pela PGE, onde 10 precatórios foram quitados, encontrando-se ainda vigentes 33 acordos vincendos nos exercícios seguintes.

A política financeira adotada pelo Estado, em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado e o RioPrevidência, provocou um considerável avanço da fila de precatórios de natureza alimentícia do IPERJ, avançando a sua dívida de precatórios do ano orçamentário de 2000 para o orçamento de 2002, onde foram quitadas, no período, 134 sentenças judiciais desta natureza.

Vale destacar que, em relação aos pagamentos a serem efetuados pelo RioPrevidência, no próximo exercício, de acordo com o compromisso de aplicar R\$ 6 milhões mensais, presume-se que, ainda no ano de 2009, sejam adimplidos precatórios alimentícios inscritos no ano de 2003.

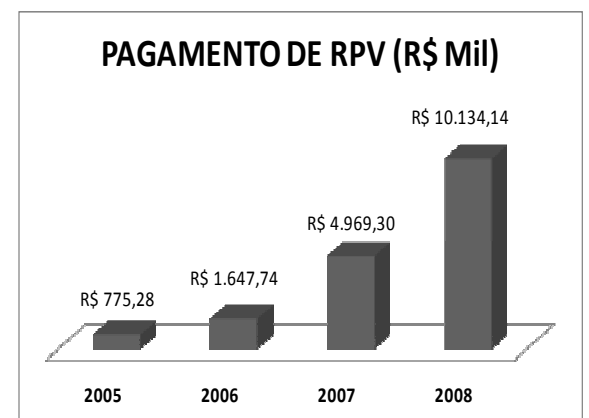
Com o andamento da fila de precatórios inscritos contra o IPERJ, o lapso temporal existente entre a inscrição orçamentária e o pagamento deste passivo judicial acionados por inativos e pensionistas que, até 2007, era de aproximadamente 10 anos, passa para 6 exercícios, representando um grande avanço no adimplemento destas

Tabela 36

Dívida de Precatórios de Natureza Comum Emitidos pelo TJ		
ENTIDADE	ORÇAMENTO PENDENTE EM JANEIRO/08	ORÇAMENTO PENDENTE EM JANEIRO/09
SERLA	2002	2007
FEAP-FETEC	2003	2008
FUNARJ	2006	2008
FUND LEAO XIII	2005	2008
FIA	2005	QUITADO
PRODERJ	2007	QUITADO
*FUNDERJ	1998	1999
UERJ	2008	2008
EMOP	2008	2008
*FEEMA	2004	2004
*FAPERJ	2004	2004

*** As filas das entidades mais atrasadas, são decorrentes de precatórios ali inscritos, definidos como de grande valor, que, dentro da atual estratégia de pagamentos do Estado, são objeto de acordos de parcelamentos efetuados pela Procuradoria Geral do Estado.**

Gráfico 22



obrigações e o comprometimento da atual Administração de solucionar este atraso.

Requisições Judiciais de Pequeno Valor – RPV

Durante o exercício de 2008, o Estado aplicou o montante de R\$10.134.138,40, no cumprimento de Requisições de Pequeno Valor (RPV), que, embora sejam procedentes de condenações judiciais, dado o seu valor, inferior a 40 salários mínimos, as mesmas devem ser pagas em até 90 dias, não havendo necessidade de previsão orçamentária.

Deste total, 82% foi custeado com recursos do Tesouro, representando um volume R\$ 8.334.052,97, referente à liquidação de 787 sentenças emitidas contra o Estado do Rio de Janeiro. O valor excedente decorreu do cumprimento destas obrigações efetuadas com recursos próprios de Entidades da Administração Indireta, que totalizou um montante R\$1.800.085,43, referente ao pagamento de 137 requisições judiciais desta natureza.

O volume de recursos empregado no pagamento de Requisições de Pequeno Valor, durante o exercício financeiro de 2008, revela o crescimento de emissões de RPV em relação aos anos anteriores.

Nos meses de novembro e dezembro foram pagas 92 requisições de pequeno valor, o que representou o desembolso de aproximadamente R\$ 690 mil dos cofres estaduais.

Pagamento total de Requisições Judiciais

No último bimestre foram pagas 201 requisições de pagamento judiciais (precatórios + requisições de pequeno valor), o que representou um dispêndio de cerca de R\$ 40 milhões.

Com isso, o volume de recursos aplicados no pagamento de Requisições Judiciais, durante o exercício de 2008, totalizou

Gráfico 23

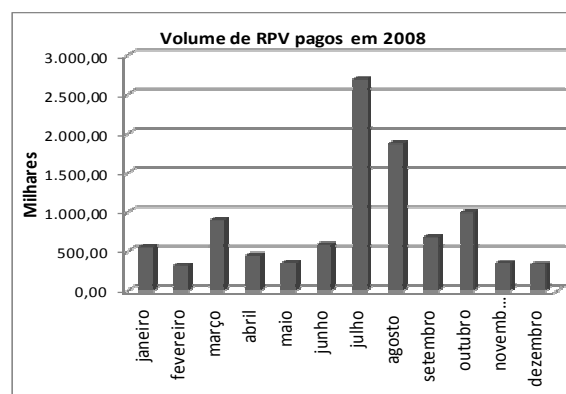
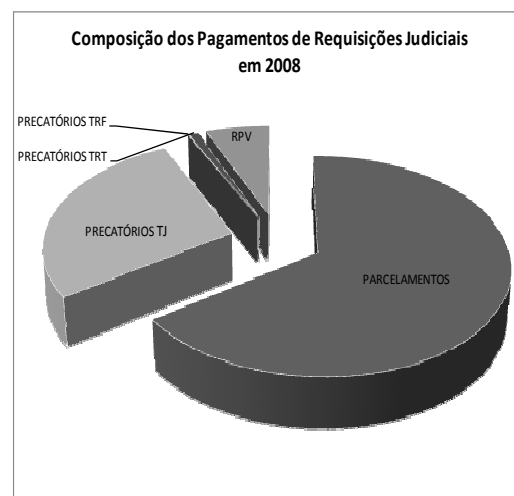


Gráfico 24



R\$164.900.914,68, entre pagamentos de sentenças emitidas pelo TJ, TRT e TRF.

V.4 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu serviço

Dispêndio com a dívida pública

O Tesouro Estadual desembolsou R\$ 538 milhões com o serviço da dívida¹⁷, no 6º bimestre de 2008, indicando uma redução de 10,75% em relação ao bimestre anterior. Esta variação decorre, principalmente, da concentração de pagamentos semestrais da dívida externa, nos meses de setembro e outubro, que representou um desembolso da ordem de R\$ 109,5 milhões, naquele período.

Do total desembolsado no último bimestre de 2008, R\$ 487 milhões (80,76%) foram referentes à dívida intralimite. Como o serviço total da dívida--calculado pela Tabela Price somou R\$ 574 milhões, houve acúmulo de resíduo de R\$ 87 milhões em decorrência da aplicação do teto dos 13% da Receita Líquida Real.

Tabela 37

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública pago no bimestre (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)						
	5º Bimestre			6º Bimestre		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
ADM. DIRETA	186.048	411.643	597.691	155.227	381.995	537.223
INTRALIMITE	72.252	361.470	433.722	119.227	367.744	486.971
EXTRALIMITE	113.797	50.173	163.970	36.001	14.251	50.252
INTERNA	35.935	18.557	54.492	36.001	14.251	50.252
EXTERNA	77.862	31.616	109.478	-	-	-
ADM. INDIRETA HONRADA	3.326	1.935	5.261	679	243	923
TOTAL	189.374	413.578	602.952	155.907	382.239	538.146
Informações complementares:						
Valor devido intra-limite	166.744	365.850	532.594	205.826	367.745	573.571
Diferença incorporada no resíduo	72.252	361.470	433.722	119.227	367.744	486.971
Valor pago pelo limite (13% da RLR)	94.493	4.380	98.872	86.600	0	86.600

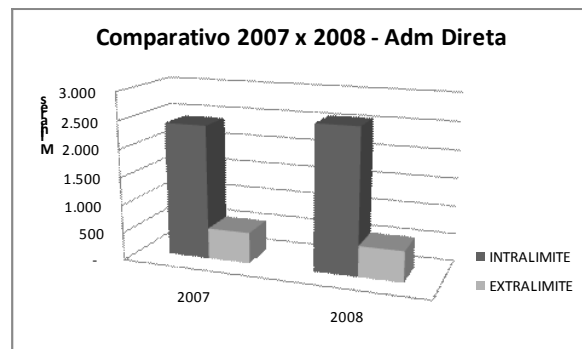
* Valores pagos no bimestre a preços correntes.

¹⁷ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

O pagamento da dívida da administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual¹⁸ teve um decréscimo de 82,46% em relação ao bimestre anterior, totalizando nos meses de novembro e dezembro R\$ 923 mil, que representou apenas 0,15% do montante total do serviço pago. Tal redução pode ser atribuída ao pagamento da semestralidade da dívida da Rio Trilhos (R\$ 4,34 milhões), no bimestre anterior.

Em 2008, os pagamentos do Estado com a dívida da Administração Direta totalizaram R\$ 3,11 bilhões. Destes, R\$ 2,57 bilhões (82% do total) representaram pagamentos da dívida intralimite, apresentando aumento de R\$ 170,75 milhões em relação a 2007 em consequência do aumento das receitas do Estado.

Gráfico 25



¹⁸ Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual são as entidades que não tem recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CEDAE, CODERTE, FESP e IVB por possuírem fontes de receitas próprias não são citadas no quadro do serviço da dívida.

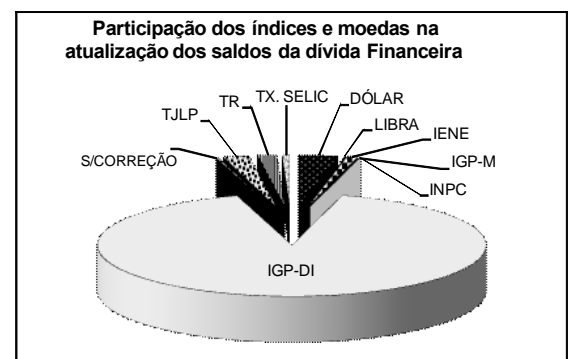
Tabela 38
R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	2007			2008			Δ % do total no ano
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	820.160	2.136.640	2.956.800	860.676	2.258.619	3.119.295	5,50%
INTRALIMITE	457.069	1.943.064	2.400.133	488.434	2.082.452	2.570.886	7,11%
Refin. LEI 9.496/97 (-) comissão	64.394	1.257.639	1.322.032	20.842	1.359.976	1.380.818	4,45%
STN/BACEN-Assunção Div. BERJ	234.596	595.669	830.264	277.284	646.808	924.092	11,30%
BONUS - DMLP	5.175	4.450	9.625	5.371	3.791	9.161	-4,81%
Refin. LEI 8.727/93 - Estado	57.727	54.107	111.834	64.425	48.818	113.243	1,26%
Refin. LEI 8.727/93- Estado/Cehab	25.306	12.149	37.455	48.114	11.671	59.785	59,62%
Refin. LEI 8.727/93- Estado/Bco ERJ em L. Extrajud.	1.706	511	2.218	1.783	460	2.243	1,13%
Refin. LEI 7.976/89	68.166	18.539	86.705	70.616	10.928	81.544	-5,95%
EXTRALIMITE	363.091	193.576	556.668	372.242	176.167	548.409	-1,48%
LEI 9.424/96-FUNDEF	92.833	27.037	119.870	92.833	16.743	109.576	-8,59%
Comissão - Refin. LEI 9.496/97	-	845	845	-	942	942	11,49%
BNDES - METRÔ	92.308	81.667	173.974	94.434	82.247	176.681	1,56%
BNDES - PMAE	-	-	-	-	111	111	-
CEF/PENAF	3.861	2.214	6.075	3.140	1.636	4.776	-21,39%
PARCEL. PIS/PASEP - MP nº 38/02	9.808	-	9.808	9.594	-	9.594	-2,18%
PARCEL-INSS - MP nº 2.187/01	9.897	-	9.897	14.446	-	14.446	45,96%
EXTERNA	154.385	81.814	236.199	157.796	74.488	232.284	-1,66%
ADM. INDIRETA HONRADA	8.058	5.331	13.389	8.514	4.707	13.222	-1,25%
CEHAB - CEF	36	15	51	41	15	56	10,15%
RIO TRILHOS - DMLP	4.434	3.813	8.246	4.602	3.248	7.849	-4,81%
INSS IVB	98	-	98	-	-	-	-100,00%
METRÔ EM LIQUIDAÇÃO - INSS	447	-	447	467	-	467	4,49%
CENTRAL - REFER	3.044	1.504	4.547	3.404	1.445	4.849	6,64%
TOTAL	828.218	2.141.972	2.970.189	869.190	2.263.326	3.132.517	5,47%
Informações complementares:							
Valor devido intra-limite	856.293	1.996.916	2.853.209	1.016.144	2.152.919	3.169.063	11,07%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)	457.069	1.943.064	2.400.133	488.434	2.082.452	2.570.886	7,11%
Diferença incorporada no resíduo	399.224	53.852	453.076	527.710	70.467	598.177	32,03%

Valores pagos a preços correntes.

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 6º bimestre deste ano, o estoque da Dívida Financeira somou o montante de R\$ 52,82 bilhões, 1,61% maior que o bimestre anterior, não obstante o pagamento de R\$ 155,91 milhões de principal no bimestre. Este crescimento se deve ao reajuste do estoque da dívida interna, onde os maiores contratos são corrigidos pelo IGP-DI¹⁹ e da dívida externa pelo dólar. O impacto da moeda estrangeira, no entanto, é reduzido, pois a dívida externa corresponde a apenas 3,7% do total da dívida financeira.

Gráfico 26


¹⁹Os saldos devedores são corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, no 6º bimestre fechou em 1,16% (IGP-DI de out/08 e Nov/08).

O principal do serviço da dívida pago no exercício de 2008 foi de R\$ 869,19 milhões.

Tabela 39

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL - 2008							
	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Δ % no bimestre
ADM DIRETA - DÍVIDA FUNDADA	48.210.169	48.666.866	49.961.686	51.442.267	51.907.155	52.739.762	1,60%
Interna	46.765.728	47.278.217	48.619.269	50.076.736	50.179.292	50.762.281	1,16%
DÍVIDAS COM A UNIÃO	46.765.728	47.278.217	48.619.269	50.076.736	50.179.292	50.762.281	1,16%
OUTRAS DÍVIDAS CONTRATUAIS	-	-	-	-	-	-	
Externa	1.444.440	1.388.649	1.342.416	1.365.531	1.727.863	1.977.481	14,45%
COM AVAL DO TESOURO NACIONAL	1.441.753	1.385.956	1.339.874	1.362.961	1.724.601	1.973.929	14,46%
MOBILIÁRIA	2.687	2.694	2.542	2.570	3.262	3.552	8,92%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	71.697	69.439	66.625	67.398	77.014	82.079	6,58%
DÍVIDA FINANCEIRA	48.281.865	48.736.305	50.028.310	51.509.665	51.984.169	52.821.841	1,61%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	20.302.685	20.640.523	20.919.000	21.806.747	22.569.078	23.417.798	3,76%
RELAÇÃO DF / RLR	2,38	2,36	2,39	2,36	2,30	2,26	-2,07%

Valores a preços correntes

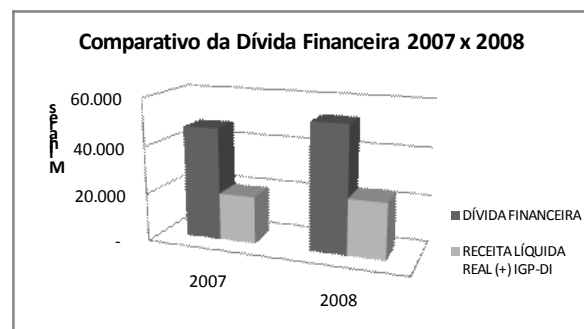
Gráfico 27

Com relação a dezembro de 2007, a dívida financeira apresentou em 2008 um crescimento nominal de 11,97% e real de 2,63%²⁰.

As dívidas com a União, que representam 96% do montante total, tiveram um crescimento de 11,23%. Os contratos de Assunção de Dívidas do BERJ, junto ao BACEN e de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, que juntos representam 92% desta dívida, tiveram um crescimento nominal de 8,79% e 12,71%, respectivamente.

De todos os contratos em vigor, apenas quatro apresentaram redução em seu saldo devedor, são eles: (i) contratos referentes à Lei nº 7.976/89 (-43,37%); (ii) MP nº 2.187/01-parcelamento do INSS (-6,9%); (iii) contratos referentes à Lei nº 8.727/93 (-10,39%); e (iv) Lei 9.424/96- (-50%).

A dívida externa encerrou o ano com saldo de 1,97 bilhão, 32,66% superior ao exercício de 2007, refletindo a desvalorização do real frente ao dólar, em 2008.



²⁰ O deflator empregado foi o IGP-DI.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real—DF/RLR) acordado entre a União e o Estado do Rio, apresentou melhora pelo terceiro bimestre consecutivo. A relação caiu de 2,30 para 2,26, uma redução de 2,07% em relação ao bimestre anterior, fechando o ano com uma folga de 5,04% em relação a meta original, acordada com o Tesouro Nacional para 2008, de 2,38. Dessa forma, o Estado vem cumprindo a meta da dívida em todos os Programas de Ajustes Fiscais assinados desde 1999.

Tabela 40
R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL - 2007/2008			
	2007	2008	Δ % no ano
ADM DIRETA - DÍVIDA FUNDADA	47.126.665	52.739.762	11,91%
Interna	45.635.976	50.762.281	11,23%
DÍVIDAS COM A UNIÃO	45.635.976	50.762.281	11,23%
Externa	1.490.689	1.977.481	32,66%
COM AVAL DO TESOURO NACIONAL	1.487.856	1.973.929	32,67%
MOBILIÁRIA	2.833	3.552	25,38%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	49.025	82.079	67,42%
DÍVIDA FINANCEIRA	47.175.690	52.821.841	11,97%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	19.860.201	23.417.798	17,91%
RELAÇÃO DF / RLR	2,38	2,26	-5,04%

Valores a preços correntes

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 176 milhões de receita de operações de créditos no exercício de 2008. Desse montante, R\$ 106 milhões foram destinados para a expansão da Linha 1 do Metrô – entre as estações Cantagalo e General Osório (BNDES) e R\$ 59 milhões, ao Programa Estadual de Transportes – PET (BIRD).

Em dezembro, a Coordenação Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional concluiu a análise dos pleitos do Estado para realizar duas operações de crédito externas a serem firmadas junto ao BIRD: 1ª- US\$ 39 milhões, destinados à

execução do projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas – Projeto Rio Rural; 2ª- US\$ 212 milhões, destinados ao financiamento do Programa Estadual de Transportes – PET II.

Tabela 41

R\$ milhões

	2008		2009	2010	2011	2012	2013	APÓS	TOTAL
	Liberado	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	2013	a Liberar
1. Operações de Crédito Contratadas	175,61	-	158,98	-	-	-	-	-	158,98
A - Operações contratadas com o SFN	175,61	-	158,98	-	-	-	-	-	158,98
1. BNDES - EXPANSÃO METRÔ - 12.1.154 C	3,58	-	-	-	-	-	-	-	-
2. BNDES - EXPANSÃO METRÔ - 12.1.164 D	1,84	-	3,28	-	-	-	-	-	3,28
3.1. BNDES - EXPANSÃO METRÔ - 12.1.165 A	-	-	3,30	-	-	-	-	-	3,30
3.2. BNDES - EXPANSÃO METRÔ - 12.1.165 B	1,06	-	3,28	-	-	-	-	-	3,28
4. BNDES - EXP. METRÔ - 12.1.169(GENERAL OSÓRIO)	105,19	-	118,02	-	-	-	-	-	118,02
5. BIRD - Programa Estadual de Transportes - ADICIONAL	59,11	-	20,92	-	-	-	-	-	20,92
6. BNDES - PMAE	4,82	-	10,19	-	-	-	-	-	10,19
B - Demais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	-	109,09	395,42	31,15	22,60	18,93	9,93	587,12
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF	-	-	202,40	255,81	249,06	233,54	193,79	-	1.134,60
Total 1.+ 2. + 3.	175,61	-	470,47	651,24	280,21	256,13	212,72	9,93	1.880,70

Item 3. Valores redistribuídos nos anos não fechados com a STN.

Tabela 42

R\$ mil

	Despêndio com a Dívida Pública pago no bimestre (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)												Δ % do total no bimestre							
	1º Bimestre			2º Bimestre			3º Bimestre			4º Bimestre				5º Bimestre			6º Bimestre			
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total		Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	110.283	34.035	451.318	167.588	396.478	564.046	129.722	372.555	502.277	109.466	354.911	464.377	186.048	411.643	597.691	155.227	381.995	537.223	-10,12%	
INTRALIMITE	66.856	316.057	382.913	66.860	349.875	415.736	97.084	356.773	453.857	67.156	330.532	397.688	72.252	381.470	433.722	119.227	367.744	486.971	12,28%	
Refin. LEI 9.498/97 (j comissão)	7.312	200.313	207.625	2.582	230.978	233.560	371	237.612	237.983	-	208.894	208.894	-	237.180	237.180	10.578	244.989	255.577	7,76%	
STN/BACEN - Assunção Div. BERJ	42.928	103.852	146.779	43.880	104.691	148.571	45.406	106.760	152.187	47.427	109.956	157.383	48.256	110.289	158.545	49.376	111.241	160.617	1,31%	
BONUS - DMLP	-	-	-	2.277	1.816	4.093	-	-	-	-	-	-	-	3.094	1.974	-	-	-	-100,00%	
Refin. LEI 8.727/93 - Estado	10.252	8.523	18.776	10.431	8.365	18.796	10.620	8.209	18.828	10.825	8.059	18.884	11.036	7.906	18.942	11.261	7.756	19.017	0,99%	
Refin. LEI 8.727/93 - Estado/Chab	6.072	2.007	8.079	6.387	1.989	8.376	7.972	1.959	9.931	8.605	1.943	10.548	9.865	1.914	11.479	9.512	1.860	11.372	-0,95%	
Refin. LEI 8.727/93 - Estado/Boo ERJ em L. Extraord.	292	80	372	284	79	373	296	77	373	298	76	374	300	74	375	303	73	376	0,26%	
Refin. LEI 7.976/89	-	1.281	1.281	-	1.957	1.957	32.419	2.136	34.555	-	1.605	1.605	-	2.133	2.133	38.197	1.816	40.013	1776,04%	
EXTRALIMITE	43.427	24.978	68.405	101.707	46.603	148.310	32.638	15.792	48.420	42.310	24.379	66.689	113.797	50.173	163.970	36.001	14.251	50.252	-69,35%	
LEI 9.424/96-FUNDEF	15.472	3.184	18.656	15.472	2.928	18.400	15.472	2.784	18.256	15.472	2.847	18.319	15.472	2.748	18.220	15.472	2.253	17.725	-2,75%	
Comissão - Refin. LEI 9.498/97	-	150	150	-	151	151	-	156	156	-	161	161	-	160	160	-	-	163	1,95%	
BNDES - METRO	15.582	13.845	29.427	15.659	14.439	30.098	15.783	12.665	28.448	15.797	14.715	30.512	15.803	14.807	30.610	15.810	11.776	27.586	-9,88%	
BNDES - PIMAE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59	13,95%	
CEFFERNAF	-	-	-	1.583	845	2.428	-	-	-	-	-	-	1.547	791	2.337	-	-	-	-100,00%	
PARCEL. PASEP - MP nº 38/002	1.741	-	1.741	1.770	-	1.770	-	-	-	1.372	-	1.372	798	-	798	2.531	-	2.531	217,30%	
PARC-INSS - MP nº 2.187/01	2.443	-	2.443	2.653	-	2.653	1.383	-	1.383	2.485	-	2.485	2.315	-	2.315	2.188	-	2.188	-5,49%	
EXTERNA	8.189	7.800	15.988	64.580	28.240	92.800	-	177	177	7.185	6.655	13.840	77.882	31.916	109.478	-	-	-	-100,00%	
ADM. INDIRETA HONRADA	621	244	865	2.586	1.806	4.393	643	240	883	659	239	897	3.326	1.935	5.261	679	243	923	-82,46%	
CEHAB - CEF	6	2	9	9	4	13	3	1	4	6	2	9	6	2	8	10	3	-	13	63,03%
RIO TRILHOS - DMLP	-	-	-	1.951	1.556	3.507	-	-	-	-	-	-	2.651	1.892	4.543	-	-	-	-	-100,00%
METRO EM LIQUIDAÇÃO - INSS	76	-	76	77	78	155	78	78	156	78	78	156	78	79	157	79	79	158	79	0,35%
CENTRAL - REFER	538	242	780	780	549	1.329	563	239	801	574	236	811	590	241	831	590	240	830	-0,07%	
TOTAL	110.904	341.279	452.183	170.164	398.285	568.439	130.365	372.795	503.160	110.124	355.150	463.274	189.374	413.574	602.952	155.907	382.238	538.146	-10,75%	
Informações complementares:																				
Valor devido intra-limite	144.828	346.135	490.963	149.989	349.875	499.844	187.150	356.828	543.978	161.626	366.487	528.113	166.744	365.850	532.594	205.826	367.745	573.571		
Valor pago pelo limite (1,3% da RLUR)	66.856	316.057	382.913	66.860	349.875	415.736	97.084	356.773	453.857	67.156	330.532	397.688	72.252	381.470	433.722	119.227	367.744	486.971		
Diferença incorporada no residual	77.972	30.078	108.050	84.108	0	84.108	90.066	55	90.121	94.471	35.954	130.625	94.493	4.380	98.872	86.600	0	86.600		

Valores pagos no bimestre e preços correntes.

Tabela 43
R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL - 2007/2008			
	2007	2008	Δ % no ano
ADM DIRETA - DÍVIDA FUNDADA	47.126.665	52.739.762	11,91%
Interna	45.635.976	50.762.281	11,23%
DÍVIDAS COM A UNIÃO	45.635.976	50.762.281	11,23%
STN/BACEN - Assunção Div. BERJ	10.199.487	11.096.036	8,79%
BONUS - DMLP	56.755	68.607	20,88%
Refin. LEI 7.976/89	134.326	76.064	-43,37%
PARC-INSS - MP nº 2.187/01	111.619	103.922	-6,90%
Refin. LEI 8,727/93 - Estado	964.254	864.026	-10,39%
Refin. LEI 9.496/97	31.821.632	35.864.907	12,71%
Refin, Lei nº 9496/98 PEND. JURIDICA	851.247	1.250.306	46,88%
CEF/PENAF	31.847	37.595	18,05%
PARCEL. PASEP - MP nº 38/02	321.934	326.380	1,38%
BNDES - METRÔ	957.208	981.605	2,55%
LEI 9.424/96-FUNDEF	185.666	92.833	-50,00%
Externa	1.490.689	1.977.481	32,66%
COM AVAL DO TESOURO NACIONAL	1.487.856	1.973.929	32,67%
MOBILIÁRIA	2.833	3.552	25,38%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	49.025	82.079	67,42%
DÍVIDA FINANCEIRA	47.175.690	52.821.841	11,97%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	19.860.201	23.417.798	17,91%
RELAÇÃO DF / RLR	2,38	2,26	-5,04%

Valores a preços correntes